

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Clara Inês Cardoso Ghidini

**A INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CULTURA COMO PROMOTORA DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO, SOCIAL E ECONÔMICO NO
MUNICÍPIO DE SÃO FRANCISCO DE PAULA.**

Porto Alegre

2012

Clara Inês Cardoso Ghidini

A institucionalização da Cultura como promotora de desenvolvimento humano, social e econômico no município de São Francisco de Paula.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Orientador: Prof. Dr. Fernando Dias Lopes

Porto Alegre

2012

Clara Inês Cardoso Ghidini

A institucionalização da Cultura como promotora de desenvolvimento humano, social e econômico no município de São Francisco de Paula.

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal – modalidade a distância da Universidade Federal do Rio Grande do sul como requisito para a obtenção do título de especialista.

Aprovado em 12 de maio de 2012.

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Luís Roque Klering

Prof. Paulo Ricardo Zilio Abdala

*Dedico este trabalho às pessoas,
instituições e organismos que acreditam na
importância da Cultura para a redução das
diferenças e das desigualdades sociais.*

AGRADECIMENTOS

À Mari e Carol, minha família, meus grandes amores;

À amiga Cassiana, pelo companheirismo;

Ao professor Doutor Fernando Dias Lopes, orientador desta pesquisa, pela relevante contribuição;

Ao tutor Gustavo Leonardo Schneider, pela disponibilidade, profissionalismo e presteza nas informações;

Aos professores e tutores que nos acompanharam nesta caminhada;

Ao tutor José Marcolino Pereira, pelo incentivo e, especialmente pela amizade, construída ao longo do curso;

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul;

À administração municipal de São Francisco de Paula por acreditar e investir na Educação a Distância;

Aos atores culturais participantes da pesquisa;

A Deus, pela vida e pela oportunidade.

[...] se o conceito de cultura é complexo, complexa também é a tarefa de encará-la como uma das áreas mais relevantes da ação pública, na busca de uma medida que se situe entre a omissão e a intervenção. Ação complexa, mas não impossível no âmbito da mentalidade estritamente contemporânea, que é ampla e dialógica. (BRASIL, 2011, p.1).

RESUMO

Este trabalho, para obtenção do título de especialista em Gestão Pública Municipal pretende analisar a importância da institucionalização da cultura e sua relevância para o desenvolvimento humano, social e econômico no município de São Francisco de Paula. O estudo consta de pesquisa bibliográfica sobre a origem das políticas públicas de cultura no Brasil, com ênfase ao período de 2003 a 2010 e enfoca a trajetória dessas políticas no município, na visão dos diferentes atores sociais. Na forma de pesquisa qualitativa, utiliza entrevistas com representantes do poder público, de diferentes segmentos culturais e da comunidade, as quais apontam para a necessidade da realização de um diagnóstico, mapeamento dos equipamentos culturais, criação de espaços de participação para a definição de prioridades bem como para a necessidade de orçamento específico para a área.

Palavras-chave: cultura - política pública - município - desenvolvimento.

ABSTRACT

This work, to obtain the title of specialist in Public Management Municipal intends to analyze the importance of institutionalization of culture and its relevance to human development, social and economic development in the municipality of São Francisco de Paula. The study includes literature about the origin of public cultural policies in Brazil, with emphasis on the period from 2003 to 2010 and focuses on the experience of these policies in the city, in view of the different social actors. In the form of qualitative research, using interviews with government representatives from different segments of the community and cultural, which indicate the necessity of making a diagnosis, mapping of cultural facilities, creation of spaces for participation in setting priorities and the need for specific budget for the cultural area.

Keywords: culture - public policy - county - development.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1-	Identificação dos Entrevistados	24
Figura 1-	Configuração do Sistema Nacional de Cultura.....	30
Figura 2-	Elementos constitutivos do Sistema Nacional de Cultura.....	32
Figura 3-	Histórico do Plano Nacional de Cultura.....	35
Gráfico 1	Políticas públicas de Cultura em São Francisco de Paula.....	47
Gráfico 2	Implantação do Sistema Municipal de Cultura.....	49

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMSERRA	Associação dos Municípios de Turismo da Serra
CEC	Conselho Estadual de Cultura
CFC -	Conselho Federal de Cultura
CIB -	Comissão Intergestores Bipartite
CIT -	Comissão Intergestores Tripartite
CMC	Conferência Municipal de Cultura
CNC	Conferência Nacional de Cultura
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CNPC	Conselho Nacional de Política Cultural
CODIC	Conselho dos Dirigentes Municipais de Cultura do Rio Grande do Sul
CPDOC	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil
FAMURS	Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul
FECORS	Federação de Coros do Rio Grande do Sul
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MinC	Ministério da Cultura
SEC	Sistema Estadual de Cultura
SMC	Sistema Municipal de Cultura
SNC	Sistema Nacional de Cultura
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Tecnologia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
2	POLÍTICAS PARA A CULTURA: ESTUDOS E DOCUMENTOS.....	15
3	PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS.....	22
4	POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL: UM BREVE PANORAMA.....	26
4.1	O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA.....	30
4.2	O RIO GRANDE DO SUL E A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA.....	36
5	SÃO FRANCISCO DE PAULA: UM POUCO DA HISTÓRIA.....	39
5.1	UM RESGATE DOS ASPECTOS CULTURAIS.....	40
6	CAMINHANDO PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA EM SÃO FRANCISCO DE PAULA.....	43
6.1	AS POLÍTICAS DE CULTURA NO MUNICÍPIO NA VISÃO DE DIFERENTES ATORES SOCIAIS.....	47
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	51
	REFERÊNCIAS	53

1 INTRODUÇÃO

O Dicionário Aurélio (1986, p. 508) define cultura como “ato, efeito ou modo de cultivar.” “[...] O complexo dos padrões de comportamento, das crenças, das instituições e doutros valores espirituais e materiais transmitidos coletivamente e característicos de uma sociedade [...]” Complementando, o Minidicionário Luft (2001, p.209) a define como “[...] conjunto de experiências humanas [...] adquiridas pelo contato social e acumuladas pelos povos através dos tempos [...]”

Edward Tylor *apud* Laraia (1986, p.25) afirma que Cultura “[...] tomado em seu amplo sentido etnográfico é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade.”

Complementando, (FERREIRA, 2010, p. 2):

[...] A cultura humana é tudo que resulta da ação humana, de suas interferências sobre o mundo; é tudo que torna visível o pensamento do homem sobre si mesmo e sobre o ambiente que o cerca. Todas as nossas práticas sociais são diferentes formas de concretização da cultura de que fazemos parte. [...]

Este conjunto de valores, crenças e experiências encontra-se amparado na Constituição Federal de 1988, garantindo a cultura, no seu artigo 215, como direito básico do cidadão.

A partir da década de 80, com a redemocratização do Estado brasileiro teve início a discussão e mobilização em torno da área cultural. Intensos debates nos últimos anos apontam para a necessidade de maior organização, para um planejamento de longo prazo, com vistas à promoção do desenvolvimento humano, social e econômico de todos os cidadãos. A cultura, portanto, deve ser geradora de igualdade social. “A Cultura resgata as pessoas para uma posição social mais digna, diminui as desigualdades sociais, rompe paradigmas, aumenta a autoestima e cria novos modos de se ver o mundo.” (CNM, 2008, p. 17).

Cada vez mais a cultura ocupa um papel central no processo de desenvolvimento, exigindo dos governos o planejamento e a implementação de políticas públicas que respondam aos novos desafios do mundo contemporâneo. Políticas que reconheçam, protejam, valorizem e promovam a diversidade das expressões culturais presentes em seus territórios; que democratizem os processos decisórios e o acesso aos bens e serviços culturais; que trabalhem a cultura como um importante vetor do desenvolvimento sustentável; que intensifiquem as trocas, os intercâmbios e os diálogos interculturais; que promovam a paz. (BRASIL, 2010, p.26)

Delimita-se a organização e estruturação da cultura no Brasil, como a temos hoje, culminando com o processo de institucionalização, dando origem ao Sistema Nacional de Cultura, seu instrumento norteador. Conforme o documento que o estrutura, (2009, p.14), a ideia de sua criação surgiu a partir dos resultados apresentados por outros sistemas de articulação, especialmente o Sistema Único de Saúde (SUS).

A experiência do SUS mostrou que o estabelecimento de princípios e diretrizes comuns, a divisão de atribuições e responsabilidades entre os entes da federação, a montagem de um esquema de repasse de recursos e a criação de instâncias de controle social asseguram maior efetividade e continuidade das políticas públicas. (BRASIL, 2009, p.14)

Tem como princípios (2009, p.15 e 16):

- . Promoção da diversidade das expressões culturais;
- . Universalização do acesso aos bens e serviços públicos;
- . Fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais;
- . Cooperação entre os entes federados, os agentes públicos e privados atuantes na área cultural;
- . Integração e interação na execução das políticas, programas, projetos e ações desenvolvidos;
- . Complementaridade nos papéis dos agentes culturais;
- . Transversalidade das políticas culturais;
- . Autonomia dos entes federados e das instituições da sociedade civil;
- . Transparência e compartilhamento das informações;
- . Democratização dos processos decisórios com participação e controle social;
- . Descentralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações.

Os princípios norteadores do Sistema Nacional de Cultura conduzem ao seu objetivo geral:

Formular e implantar políticas públicas de cultura, democráticas e permanentes, pactuadas entre os entes da federação e a sociedade civil, promovendo o desenvolvimento – humano, social e econômico – com pleno exercício dos direitos culturais e acesso aos bens e serviços culturais. (BRASIL, 2010, p. 16)

Conforme o objetivo geral percebe-se que a Cultura é concebida em três dimensões: simbólica, através do cultivo das diversas manifestações como modos de vida, crenças religiosas, rituais, valores, estimulando a diversidade; cidadã, ou seja, cultura para todos, com a participação e o envolvimento da sociedade e econômica, enquanto fonte geradora de emprego e renda, “[...] como parte constitutiva do novo cenário de desenvolvimento econômico, socialmente justo e sustentável.” (BRASIL, 2008). Assim, vislumbra a Cultura numa perspectiva antropológica, como direito de todos e como vetor de desenvolvimento econômico.

Para a promoção de políticas públicas e a universalização do acesso integram o Sistema Nacional de Cultura (SNC) os sistemas municipais, estaduais e distrital de Cultura, além dos sistemas setoriais já existentes e os que vierem a ser constituídos, numa parceria Estado/sociedade.

Integrando o Sistema Nacional de Cultura, através da assinatura do Acordo de Cooperação Federativa, o município de São Francisco de Paula é caracterizado por uma vasta diversidade cultural. De um lado, o culto às tradições gaúchas, através da música, da dança, dos rodeios, cavalcadas e festivais. De outro, o ritmo quente do samba, a alegria do carnaval, perpassando pelas demais linguagens artísticas: o teatro, a pintura, a escultura, o artesanato, além da forte religiosidade do seu povo expressa não só na quantidade de templos, igrejas, centros de umbanda e centros esotéricos, mas no culto, nas festas e procissões. A riqueza das diversas expressões artístico-culturais está claramente manifestada na comunidade.

A partir das considerações anteriores, definiu-se como problema de pesquisa verificar qual o impacto da institucionalização da cultura sobre o desenvolvimento humano, social e econômico no município de São Francisco de Paula, na percepção dos diferentes atores do setor cultural, a comunidade, artistas e intelectuais, lideranças políticas e gestores públicos.

Em consonância com o problema, tem-se como objetivo geral do presente trabalho: Verificar o impacto da institucionalização da cultura sobre o desenvolvimento humano, social

e econômico no município de São Francisco de Paula, na percepção dos diferentes atores do setor cultural.

Para atender ao objetivo geral, apresenta-se como objetivos específicos:

- 1 – Caracterizar o município de São Francisco de Paula (tamanho, aspectos históricos, principais atividades, infraestrutura voltada para a cultura, tradições culturais).
- 2 – Descrever as políticas públicas de cultura no município.
- 3 – Analisar o impacto dessas políticas sobre o desenvolvimento humano e social.

Para isso, buscar-se-á identificar as políticas públicas para a área nas diferentes esferas de governo, no período de 2003 a 2010.

O trabalho está estruturado em quatro partes. Na primeira, Políticas para a Cultura: estudos e documentos discorreu-se sobre a trajetória das políticas públicas no Brasil, com ênfase ao período acima citado.

A segunda, Políticas Públicas de Cultura no Brasil: um breve panorama, traz um breve apanhado sobre a caminhada realizada, no que tange à implementação, avanços e retrocessos.

São Francisco de Paula: um pouco da história aborda aspectos gerais sobre o município, enfatizando as atividades culturais, com base em bibliografia e documentos oficiais e, em Caminhando para a institucionalização do Sistema Municipal de Cultura em São Francisco de Paula, as opiniões sobre o desenvolvimento de políticas culturais sob a ótica de lideranças políticas e gestores públicos, bem como o entendimento, o conhecimento e a visão de artistas, intelectuais e da comunidade em geral, buscando-se o entrelaçamento entre o discurso e a prática, a partir da análise das entrevistas.

A pesquisa também irá focar a percepção dos diferentes atores em relação à cultura, enquanto promotora de desenvolvimento, sua gestão e institucionalização e ainda, se e de que forma a sociedade participa na formulação e implementação de políticas públicas de Cultura em São Francisco de Paula.

2 POLÍTICAS PARA A CULTURA: ESTUDOS E DOCUMENTOS

Com vistas à consecução dos objetivos propostos na presente pesquisa, além da consulta a documentos oficiais, é fundamental buscar-se arcabouço teórico para o seu embasamento científico.

No presente capítulo, pretende-se apresentar alguns dos principais estudos sobre o tema, bem como discorrer acerca de documentos já aprovados e em fase de tramitação, a fim de possibilitar ao leitor uma visão geral da trajetória das políticas públicas de cultura em nosso País.

Para contextualizar esta trajetória, é importante conhecer a evolução do Estado brasileiro. Desenvolvimento e Mudanças no Estado Brasileiro, de Alcides Domingues Leite Júnior, apresenta, de forma bastante didática, as mudanças ocorridas no Brasil desde o início da República até os dias atuais, bem como as ações para o seu desenvolvimento, possibilitando uma visão panorâmica da organização do Estado brasileiro.

Complementando, Nelson Werneck Sodré, em Síntese de História da Cultura Brasileira (1982) apresenta uma análise da evolução da cultura no Brasil, desde o período colonial, quando a cultura reflete a heterogeneidade decorrente das etnias índia, negra e portuguesa, de cujo encontro resulta o surgimento de duas áreas culturais: a da supremacia da cultura indígena e a da cultura transplantada, com predomínio das relações escravistas. Enfoca a trajetória da evolução cultural brasileira, dividindo-a em três fases: cultura colonial com a transplantação da cultura metropolitana, cultura de transição com o surgimento da pequena-burguesia e a terceira, cultura nacional com o desenvolvimento do capitalismo, perpassando ainda a cultura de massa, o cinema, a televisão, a imprensa e o livro.

Sobre o conceito de políticas públicas, sua formulação, implementação e monitoramento, Políticas Públicas, de Maria das Graças Rua (2009), traz importante contribuição especialmente para a compreensão não só do conceito, mas do ciclo das políticas públicas e as diversas etapas de implementação, monitoramento e avaliação das mesmas.

Calabre (2007), no artigo Políticas Culturais no Brasil: balanço e perspectivas faz um apanhado sobre a história das políticas públicas de cultura no Brasil apresentando ainda os desafios para a sua implementação. Dividido em duas partes, na primeira, apresenta as relações estado/cultura no tocante às políticas culturais e na segunda as necessidades a serem supridas para a sua realização.

Em 2009, com o artigo Políticas culturais: indicadores e informações como ferramentas de gestão pública reforça ser imprescindível a realização de estudos e diagnósticos para a gestão pública em cultura, e a necessidade de indicadores para ancorar os trabalhos na área. Considerando a complexidade dos processos de produção e consumo na cultura, enfatiza ser indispensável a delimitação dos campos a serem monitorados e porque estão sendo monitorados, lembrando que para uma gestão eficaz da cultura não há necessidade que todos os elementos sejam medidos da mesma maneira, sendo fundamental, entretanto, bom conhecimento da área e a delimitação, ainda que mínima, do que venha a ser responsabilidade do Estado.

Januzzi (2009, p. 22), reforça, ao afirmar:

Os indicadores apontam, indicam, aproximam, traduzem em termos operacionais as dimensões sociais de interesse definidas a partir de escolhas teóricas ou políticas realizadas anteriormente. Eles se prestam a subsidiar as atividades de planejamento público e a formulação de políticas sociais nas diferentes esferas de governo, possibilitam o monitoramento de condições de vida e bem-estar da população por parte do poder público e sociedade civil e permitem o aprofundamento da investigação acadêmica sobre a mudança social e sobre os determinantes dos diferentes fenômenos sociais.

A questão acima também é abordada na obra Políticas Culturais para o desenvolvimento: uma base de dados para a Cultura (2003), que reúne quatorze textos de diversos especialistas, apresentados por ocasião do Seminário Internacional sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento – uma base de dados para a Cultura. A obra, dividida em cinco partes, apresenta uma variada gama de experiências de sucesso, na área das políticas de cultura, bem como reforça, nas duas últimas, a importância dos indicadores sociais e de uma base de dados para permear as ações culturais.

Montiel (2002) enfatiza a importância da criação de redes de bancos de dados e de sistemas de informação cultural para as políticas, a cooperação e o desenvolvimento da vida cultural e sua aplicação em estratégias de desenvolvimento.

Ainda sobre a questão, Coelho (2002) apresenta alguns casos de situações adversas à criação de bancos de dados. Uma, quando a ideia de ação cultural é vista como caridade aos menos favorecidos, acontecendo de forma descontínua, assistemática, aparecendo como medida suplementar e eventual. Reforça (2002, p. 217) que, neste caso, “[...] a própria cultura é vista como suplementar, no máximo, *complementar*, a ser obtida, proporcionada e

desfrutada *quando*, e se possível, num segundo ou terceiro momento da vida individual e da comunidade. (grifos do autor).

Outro caso, segundo o autor, é a concepção ideológica de política cultural, aparecendo de forma complementar ou subsidiária em um programa de governo, o que não requer o conhecimento real da situação da cultura, no tocante ao que a sociedade tem para oferecer e o que de fato quer experimentar, consumir e a terceira situação é o reconhecimento das variadas possibilidades culturais e que o Estado, mas hoje, não somente ele, deve apenas oferecer as condições formais para que a cultura seja definida de acordo com o desejo da sociedade. “Nesse instante surge a necessidade de *conhecer-se quem* afinal faz o que, onde, a que custo e quem, enfim, deseja ter acesso ao que, seja o que isso for.” (COELHO, 2002, p.218 - grifos do autor).

Tendo em vista o recorte temporal da presente pesquisa que envolve o período de 2003 a 2010, o artigo de Paula Félix dos Reis Políticas culturais do governo Lula: desafios do primeiro mandato e prioridades para um segundo traz importantes contribuições acerca das ações voltadas para o setor cultural, especialmente no primeiro governo do presidente Lula.

Organizada por Antonio Albino Canelas Rubim, a obra Políticas Culturais no Governo Lula traz uma série de artigos acerca da caminhada do Ministério da Cultura, no período de 2003 a 2010. Os textos, de diferentes autores, abrangem um panorama geral das diversas políticas públicas de cultura, projetos, programas e ações implementados e em fase de implantação, bem como políticas setoriais abordando a cultura digital, de museus, da diversidade cultural, do audiovisual, dentre outras.

Rubim (2010) faz uma síntese avaliativa, pontuando o crescimento, aquilo que não avançou e o que está em andamento, traçando um paralelo em que aponta as ausências, os autoritarismos e as instabilidades que permearam e, em alguns casos, ainda permeiam as políticas de cultura.

Carvalho *et al* (2009), no artigo Sistema Nacional de Cultura: a tradução do dinâmico e do formal nos municípios da região Sul, enfoca a trajetória das políticas de cultura, contextualizando-as desde a Era Vargas até os dias atuais, abordando o caminho percorrido para a inclusão dos diversos atores e segmentos sociais, na formulação e implementação de políticas públicas de cultura.

Cultura, um conceito antropológico, de Roque de Barros Laraia, é uma obra que objetiva o desenvolvimento do conceito de cultura, sua diversidade e influência para o comportamento social.

Para Botelho, (2001, p.1):

Na dimensão antropológica, a cultura se produz através da interação social dos indivíduos, que elaboram seus modos de pensar e sentir, constroem seus valores, manejam suas identidades e diferenças e estabelecem suas rotinas. Desta forma, cada indivíduo ergue à sua volta, e em função de determinações de tipo diverso, pequenos mundos de sentido que lhe permitem uma relativa estabilidade. Desse modo, a cultura fornece aos indivíduos aquilo que é chamado por Michel de Certeau, de "equilíbrios simbólicos, contratos de compatibilidade e compromissos mais ou menos temporários". (grifo do autor).

A centralidade da cultura no desenvolvimento, artigo do sociólogo Juca Ferreira, à época Ministro de Estado da Cultura, contextualiza as questões culturais nos últimos anos, enfatizando a importância do fortalecimento da relação entre cultura e desenvolvimento, seu papel estratégico. Aborda, ainda, o projeto pensado e posto em execução pela pasta a partir de 2003, a partir da união das dimensões simbólica, econômica e cidadã.

José Eli da Veiga, em *Desenvolvimento Sustentável: o desafio do século XXI* explana sobre desenvolvimento e sustentabilidade, reforçando a ideia da importância da cultura como indutora de desenvolvimento não só no campo econômico, mas como redutora de desigualdades sociais.

Para o autor (2008, p. 46): “Apesar de a pobreza ser uma ideia essencialmente econômica, ela não pode ser devidamente entendida sem sua dimensão cultural.” Justificando, explicita que além da fome e da privação física, a pobreza pode emergir também na dificuldade de participação na vida social e cultural da comunidade.

Reforçando, Alfons Martinell, (2003, p. 93): “A segunda metade do século XX evidenciou que não se cria desenvolvimento sem considerar a perspectiva cultural”, referendando o valor da adoção de políticas públicas de cultura e o consequente investimento no setor.

Organizado por Valiati *et al* (2007), *Economia da Cultura: bem-estar econômico e evolução cultural* abrange textos de diversos pesquisadores, no que tange à economia da cultura, seus efeitos econômicos, as leis de incentivo e captação de recursos. Para a pesquisa objeto deste trabalho, será utilizado somente o artigo *Economia da Cultura: uma revisão da literatura*, de Stefano Florissi e Felipe Starosta de Waldemar, enfocando aspectos sobre o debate em torno da economia da cultura, ou seja, a relação existente entre ambas.

De acordo com Florissi *et* Waldemar (2007), porque descreve o modo de pensar, os valores éticos e econômicos de uma sociedade, a cultura é muito importante para o desenvolvimento, influenciando a decisão econômica e, assim, “[...] os investimentos em cultura, [...] pesam no desenvolvimento de uma sociedade.” (2007, p. 17).

Sobre investimentos, os autores recomendam:

[...] Devem ser realizados de forma a fomentar e criar valores locais, incentivar o uso de tecnologias e conhecimento local, enfatizando interações dentro de uma comunidade ou entre comunidades. Outro aspecto importante é a legitimação cultural de um grupo para energizar essa comunidade e promover sua auto-estima, o que pode deflagrar um processo de desenvolvimento acelerado. (FLORISSI *et* VALDEMAR, 2007, p. 17).

Ainda sobre economia da cultura, Reis [200-?] lembra a necessidade da definição de uma política pública clara, que leve em conta a realidade local, pois:

[...] Economia da cultura não é política cultural: economia da cultura não se propõe a definir os rumos da política cultural: economia da cultura tampouco defende que a cultura deve se curvar à economia ou - como às vezes se acredita, de maneira muito equivocada - ao mercado. Ao contrário, a economia da cultura oferece todo o aprendizado e o instrumental da lógica e das relações econômicas - da visão e de fluxos de trocas: das relações entre criação, produção, distribuição e demanda; das diferenças entre valor e preço; do reconhecimento do capital humano; dos mecanismos mais variados de incentivos, subsídios, fomento, intervenção e regulação; e de muito mais - em favor da política pública não só de cultura, como de desenvolvimento.

Buscando aprofundar o estudo sobre a cultura na sua dimensão econômica, *Economia e Política Cultural: acesso, emprego e financiamento*, Frederico A. Barbosa da Silva, oferece importantes subsídios para a análise das relações entre economia e cultura. A primeira parte traz importantes informações acerca do acesso a bens e produtos culturais; a segunda oferece um panorama sobre o mercado de trabalho; a terceira trata do financiamento das políticas culturais e a parte quatro apresenta intervenções pontuais em alguns programas.

Economia da Cultura: ideias e vivências (2009), organizado por Ana Carla de Fonseca Reis e Kátia de Marco apresenta uma série de artigos de diferentes autores, enfocando temas como cultura e desenvolvimento, políticas públicas, gestão de espaços culturais, entre outros assuntos de grande relevância para a realização da pesquisa.

Ainda Reis (2008), no artigo *Convirtiendo la creatividad brasileña en recurso económico* aborda a economia criativa como grande possibilidade de desenvolvimento e

inclusão econômica a partir da conscientização e do debate, processos de colaboração e formação de redes entre agentes e setores.

Para Marco [201-?] a cultura é um dos setores de maior crescimento nas economias pós-modernas, nos dias de hoje, configurando-se como importante instrumento para serem atingidas metas socioeconômicas, além de formalizar o direito ao exercício da cultura, com a ampliação do acesso aos bens culturais.

As limitações orçamentárias para a gestão da Cultura foram abordadas por Edgar Montiel no Seminário Internacional sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento – Uma Base de Dados para a Cultura, realizado em 2002. Sob o título A comunicação no fomento de projetos culturais para o desenvolvimento, enfatiza a necessidade da busca de soluções criativas para minimizar a discrepância entre o baixo investimento e a quantidade de projetos e iniciativas culturais. No mesmo texto, faz referência às recomendações da missão técnica da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) ao Plano Decenal de Cultura, reforçando, dentre outros, aspectos relativos à cultura, à economia e à participação social.

Helena da Motta Salles, em Gestão Democrática e Participativa aborda os principais instrumentos da democracia, referendando a importância da participação social no planejamento, para que as políticas públicas venham a atender, de fato, os anseios e as necessidades reais de toda a população.

Complementando tal afirmação, Maria Paula Gomes dos Santos, em O Estado e os Problemas Contemporâneos, traz importantes conceitos acerca da evolução das políticas de proteção social e a política social a partir da Constituição de 1988.

Gestão de Redes Públicas de Cooperação Local, de Maria Leonídia Malmegrin, apresenta, entre outros, aspectos bastante relevantes no que tange às redes para prestação de serviços sociais e os mecanismos de gestão envolvendo a participação da sociedade civil.

O estudo dos diversos documentos elaborados pelo Ministério da Cultura também se faz absolutamente necessário para uma análise das políticas culturais no Brasil. Cultura em Três Dimensões: as políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010 aborda a tridimensionalidade da cultura e os principais programas desenvolvidos.

A cartilha Cultura, Cidade e Desenvolvimento Local é um guia de orientação aos municípios para estruturação da política cultural e acesso aos recursos federais.

O documento Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura constitui-se em importante referencial, haja vista abranger os diferentes aspectos que permeiam a política cultural no Brasil.

Também o Guia de Orientações para os Municípios: perguntas e respostas, elaborado em maio de 2011 apresenta a importância estratégica do Sistema Nacional de Cultura, seus elementos constitutivos, bem como dirime as dúvidas para a implementação dos sistemas municipais.

Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura: conceitos, participação e expectativas apresenta o resultado de um processo de discussões e estudos, envolvendo o governo e a sociedade civil, bem como as propostas aprovadas nos diferentes estados da federação.

A Conferência em Revista apresenta, além das prioridades aprovadas na II Conferência Nacional de Cultura, as estratégias setoriais e o depoimento de participantes representando os diversos segmentos artístico-culturais, dos diferentes estados brasileiros.

Nos níveis estadual e municipal, além da legislação, os relatórios da II Conferência Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul e da I Conferência Municipal de Cultura, serão de fundamental importância, pois retratam os anseios dos diversos atores sociais, representados através dos participantes das conferências.

3 PROCEDIMENTOS METODÓLOGICOS

A pesquisa pretende analisar a institucionalização da cultura como vetor de desenvolvimento humano, social e econômico, em São Francisco de Paula, buscando aporte teórico na história cultural.

Peter Burke, um de seus principais expoentes, aponta que a história cultural não pode ser entendida fora de uma história social e que “[...] o estado, os grupos sociais e até mesmo o sexo ou a sociedade em si são considerados como culturalmente constituídos”. (BURKE, 1992, p.23).

[...] estendeu-se o sentido do termo para abranger uma variedade mais ampla de atividades do que antes – não apenas a arte, mas a cultura material, não apenas o escrito, mas o oral, não apenas o drama, mas o ritual, não apenas a filosofia, mas a mentalidade das pessoas comuns. (BURKE, 2000, p. 246-247)

Também as representações vão oferecer importante suporte para ancorar a presente pesquisa:

As representações construídas sobre o mundo não só se colocam no lugar deste mundo, como fazem com que os homens percebam a realidade e pautem a sua existência. São matrizes geradoras de condutas e práticas sociais, dotadas de força integradora e coesiva, bem como explicativa do real. Indivíduos e grupos dão sentido ao mundo por meio das representações que constroem sobre a realidade. (PESAVENTO, 2005, p. 39)

Fontes bibliográficas específicas sobre o assunto, de diferentes autores, bem como documentos oficiais, permitirão a investigação sobre o contexto histórico e a trajetória da Cultura em São Francisco de Paula.

Pela natureza da proposta, optou-se pela utilização da história oral como recurso metodológico, uma vez que “[...] a história oral, [...] procura destacar e centrar sua análise na *visão* e *versão* que dimanam do interior e do mais profundo da experiência dos atores sociais”. (LOZANO, 2001, p.16, grifos do autor).

Ressalta também o interesse que desperta nos dias atuais:

Abordar o fenômeno da oralidade é ver-se defronte e aproximar-se bastante de um aspecto central da vida dos seres humanos: o processo da comunicação, o desenvolvimento da linguagem, a criação de uma parte muito importante da cultura e da esfera simbólica humanas. (2001, p.15)

A pesquisa de natureza qualitativa, baseada em entrevista semi-estruturada, com perguntas abertas e fechadas, foi realizada em diferentes momentos. A população investigada, escolhida de forma intencional (agentes públicos, artistas) e aleatória (comunidade em geral), por entendermos como necessárias para o alcance dos objetivos.

Pinheiro (2010, p. 21), reforça a metodologia escolhida para dar suporte à pesquisa:

Há inúmeros instrumentos (maneiras de) para coletar dados primários, a exemplo de observações (incluindo fotos, filmes,...) e entrevistas, e estas poderão ser mediadas através de um questionário ou roteiro de entrevista (estruturado, semi-estruturado ou não-estruturado); em ambos os casos, as perguntas poderão ser abertas ou fechadas. Diz-se que são abertas quando o respondente fica à vontade para responder o que lhe vem à mente, porque também, em geral, não há intervenção do pesquisador e tampouco a oferta de alternativas. Serão consideradas fechadas as perguntas para as quais o respondente não tem alternativas além das que lhe foram oferecidas, devendo, por este motivo entre elas optar – por uma ou mais das respostas; [...]. É possível, por fim, combinar, no mesmo instrumento, as duas estratégias: perguntas fechadas e abertas. [...] Tanto em um caso, quanto em outro, a coleta poderá ocorrer pessoalmente, por telefone, *e-mail* ou através de qualquer outro canal de comunicação. (grifos do autor).

A coleta foi realizada pessoalmente e também por *e-mail*, após contato prévio com o entrevistado e definição de sua opção quanto ao modo de participação. Este tipo de abordagem oferece ampla liberdade de manifestação ao entrevistado, sendo fundamental para o propósito da pesquisa.

Foram entrevistadas 25 pessoas, com idades que variam de 17 anos a mais de 60 anos, representando o poder público, os segmentos culturais e a comunidade de São Francisco de Paula, dos quais 7 ligados ao Executivo e 1 ao Legislativo. Representando os segmentos culturais dança, música, artes plásticas, leitura, poesia e artesanato, foram ouvidas 8 pessoas. Os demais entrevistados são estudantes e pessoas ligadas às áreas da saúde, educação, religião, cooperativismo e também à iniciativa privada.

Quanto ao nível de escolaridade, 11 possuem o ensino médio, dos quais 8 estão cursando o ensino superior. Dos demais, todos já concluíram a graduação, 5 deles com pós graduação, 4 em nível de especialização e 1 doutorado.

O quadro abaixo apresenta um panorama acerca dos entrevistados:

ENT.	IDADE	SEGMENTO	ESCOLARIDADE	ÁREA DE ATUAÇÃO
E1	36	Comunidade	Especialização/Doutorado	Professora/Coord. ONG
E2	28	Comunidade	Superior Incompleto	Estudante
E3	42	Artístico	Superior	Poesia
E4	40	Comunidade	Superior Incompleto	Iniciativa privada
E5	+40	Comunidade	Superior	Cooperativa
E6	48	Artístico	Técnico	Artes Plásticas
E7	38	Poder público	Superior	Música/Maestro/Regente
E8	58	Comunidade	Superior	Religião
E9	59	Artístico	Estudos Adicionais	Livro, Leitura e Literatura
E10	50	Artístico	Superior Incompleto	Livro, Leitura e Literatura
E11	44	Comunidade	Especialização/Pós-Grad.	Saúde
E12	39	Poder público	Superior	Educação/Executivo
E13	44	Poder público	Especialização/Pós-Grad.	Educação/Executivo
E14	53	Poder público	Especialização/Pós-Grad.	Educação/Executivo
E15	63	Poder público	Especialização/Pós-Grad.	Educação/Executivo
E16	60	Artístico	Ensino Médio	Artes Plásticas
E17	32	Artístico	Superior incompleto	Dança
E18	47	Comunidade	Superior	Religião
E19	17	Comunidade	Ensino Médio	Estudante
E20	24	Artístico	Superior	Dança
E21	53	Poder público	Ensino Médio	Educação/Professora
E22	38	Artístico	Ensino Superior	Artesanato
E23	20	Comunidade	Superior Incompleto	Estudante
E24	32	Poder público	Superior	Vereador/Legislativo
E25	54	Poder público	Superior Incompleto	Professora

Tabela 1: Identificação dos entrevistados

Fonte: Elaborado pela autora (2012)

Entretanto, nem todos os contatados e que se propuseram a participar da pesquisa retornaram, deixando de dar a sua contribuição 2 representantes do poder público, do legislativo e do executivo e 3 representantes de segmentos culturais, o que, certamente, deixa de agregar importante contribuição à pesquisa, mas não a inviabiliza.

Além de perguntas fechadas, referentes à idade, profissão e segmento cultural foram questionados, de forma aberta sobre a questão da existência ou não de políticas públicas/investimentos para a área e sobre a importância ou não da criação de um sistema municipal de cultura, bem como sugestões para a organização e crescimento do setor, cujas opiniões, após minuciosa análise, serão discorridas em capítulo próprio sobre o município.

4 POLÍTICAS PÚBLICAS DE CULTURA NO BRASIL: UM BREVE PANORAMA

Para Hermany *et al* (2010), a conceituação de política pública demanda sobre a reflexão do papel da política e da democracia na busca do interesse coletivo, através da participação na busca da justiça e diminuição das desigualdades sociais. “O objetivo das políticas públicas é minimizar as desigualdades sociais, sejam elas econômicas, raciais, de gênero, cultural, entre outras, dando a todos um tratamento específico conforme as suas necessidades”. (HERMANY, *et al*, 2010, p 88).

De acordo com o autor, as políticas públicas resultam do esforço da população, que, a partir da sua participação política, as definem ou não, devendo a sociedade contribuir na sua elaboração, execução e fiscalização. Lembra que a participação da sociedade está prevista na Constituição Federal de 1988 e, assim sendo, “as políticas públicas devem ser a expressão pura e genuína do interesse geral da sociedade [...]”. (2010, p.83)

Em se tratando de Cultura, de acordo com Calabre (2009), as ações de governo referentes às políticas públicas de Cultura no Brasil ocorreram especialmente no período do Estado Novo e na Ditadura Militar. A autora enfatiza que a década de 1930 foi especialmente relevante para a história das políticas públicas no Brasil, quando se passou à busca de eficiência no trato da coisa pública.

Referente à Revolução de 1930, no tocante à área da Cultura, texto do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, *apud* Leite Júnior (2009, p. 24) diz que:

[...] No plano cultural o governo criou instituições que atuaram nos campos da educação formal, do teatro, da música, do livro, do rádio, do cinema, do patrimônio cultural, da imprensa. Abriu espaço para a crescente participação dos intelectuais no projeto de construção de uma identidade nacional. Pretendeu modernizar, resgatando as tradições nacionais através da ação do Estado no campo da cultura.

Ainda Calabre (2009) informa que em 1940, dados do recenseamento realizado apontam para a intenção do governo de realizar uma estatística para a área da educação e cultura, culminando com a criação do Serviço de Estatística de Educação e Cultura, em 1937. A grande preocupação era a falta de informações e a conseqüente necessidade de sistematizá-las, mas nada foi feito nesse sentido, no período.

Entre 1945 e 1964 a autora (2007) aponta para a iniciativa privada como grande propulsora da cultura. Mesmo com o desmembramento do Ministério da Educação e Saude

em da Saúde e da Educação e Cultura, em 1953, não houve por parte do Estado ações relevantes na área da cultura, sendo mantida a estrutura já existente. Ainda que algumas instituições privadas tenham começado a receber auxílio do governo federal, não houve efetivamente uma política com continuidade.

Enfatiza que na década de 1960, em especial a partir de 1964, voltaram à tona as discussões acerca da necessidade de uma política nacional de cultura, sendo criado o Conselho Federal de Cultura (CFC), em 1966. Em 1974 surgiu a Política Nacional de Cultura e como parte das metas estabelecidas, a criação de diversos órgãos estatais para as diferentes áreas.

A par da organização no processo de institucionalização da cultura em nível federal, houve o aumento do número de secretarias e de conselhos de cultura de estados e municípios.

O Ministério da Cultura foi criado em 1985, através do Decreto 91.144, de 15 de março, sendo desvinculado do então Ministério da Educação e Cultura.

Art. 1º - Fica criado na Organização do Poder Executivo Federal, por desdobramento do Ministério da Educação e Cultura, o Ministério da Cultura, com a seguinte área de competência:

I – letras, arte, folclore e outras formas de expressão da cultura nacional;

II – patrimônio histórico, arqueológico, artístico e cultural. (BRASIL, 1985).

Calabre (2009) reforça, entretanto, que a criação do Ministério da Cultura não levou à efetivação de políticas públicas para a área. Entretanto, em 1986 surgiu a primeira lei de incentivos fiscais para a cultura, conhecida como a Lei Sarney.

Em 12 de abril de 1990, de acordo com dados disponibilizados no *site* do Ministério da Cultura, a Lei 8.028 transformou o Ministério em Secretaria da Cultura. Conforme Calabre (2007) foram extintos diversos de seus órgãos, comprometendo o andamento de muitos programas e projetos. A falta de investimentos por parte do governo federal transferiu para os estados e municípios a responsabilidade sobre a realização das atividades culturais.

Reforça a autora que em 1991, foi criado o Programa Nacional de Apoio à Cultura, através da Lei 8.313, a Lei Rouanet. Aprimorando a Lei Sarney, através da renúncia fiscal, passou a injetar recursos no setor.

A recriação do Ministério da Cultura ocorreu em 1992, através da Lei 8.490. No ano seguinte, foi criada uma lei de incentivo para a área do audiovisual, mais especialmente para o cinema. “[...] Tinha início o processo de conformação de uma nova política, mais voltada para

as leis do mercado, na qual o Ministério tinha cada vez menor poder de interferência.” (CALABRE, 2007, p. 8)

Os anos seguintes confirmaram a transferência para a iniciativa privada a decisão do que deveria ou não receber recursos públicos, a partir das leis de incentivo. Segundo Calabre (2007), esse processo levou a uma grande concentração na aplicação de recursos, beneficiando poucos produtores e artistas, a grande maioria da região Sudeste.

Reis (2007) observou que a partir de 2003 foi previsto um modelo de gestão cultural embasado na proposição de ações que incluíssem não só que artes e as letras, mas que abarcasse também os fazeres e os saberes, os costumes e as crenças.

Segundo a autora, um dos principais desafios do ministério nesse ano, seria o de “[...] reassumir a sua função enquanto órgão responsável pela formulação de políticas culturais, não limitadas pelas leis de incentivo [...]”. (REIS, 2010, p. 4). Também enfatizou que à época, o ministério não estava institucionalizado, bem como, praticamente inexisiam informações e dados sobre a área cultural. Tudo isso atrelado a um pequeno orçamento.

Ressaltou que o lançamento do documento Sistema de Informações e Indicadores Culturais, numa parceria do Ministério com o IBGE, cujos dados, dentre outros, mostraram que a cultura ocupava o quarto lugar no consumo dos brasileiros, o que possibilitou a luta por maior orçamento, financiamento e articulação.

Vencidos os desafios iniciais, Reis (2007) destacou a articulação com a sociedade através de encontros e debates com os diversos segmentos culturais, através das câmaras setoriais e o diálogo com agentes públicos, privados e a sociedade civil para a elaboração do Plano Nacional de Cultura, além da realização de conferências e seminários. Também foram criadas representações regionais do Ministério da Cultura nos estados de Minas Gerais, Recife, São Paulo e Rio Grande do Sul, além da manutenção das representações de Brasília e Rio de Janeiro, já existentes.

Abordou ainda a abertura de editais e seleções públicas para apoio a projetos, a realização da 1ª. Conferência Nacional de Cultura, em 2005, cujas diretrizes apontaram para um maior orçamento para a cultura, a implantação do Sistema Nacional de Cultura e a descentralização e democratização dos meios de comunicação de massa.

Na apresentação do documento Cultura em Três Dimensões (2010), o então Ministro da Cultura Juca Ferreira enfatizou que as políticas do MinC tiveram como eixo norteador uma visão da cultura em três dimensões: simbólica, cidadã e econômica. Simbólica enquanto das infinitas possibilidades de criação, da valorização das práticas sociais, dos modos de vida e visões de mundo.

[...] Toda ação humana é socialmente construída por meio de símbolos que entrelaçados formam redes de significados que variam conforme os contextos sociais e históricos. Nessa perspectiva, também chamada antropológica, a cultura humana é o conjunto de modos de viver, que variam de tal forma que só é possível falar em culturas, no plural. (BRASIL, 2009, p.10).

A dimensão cidadã consiste no acesso à cultura como direito de todos, pela sua garantia como direito fundamental, como necessidade humana básica. Assim, gera um sentimento de pertença a um grupo, uma comunidade. “[...] Gera laços de identidade e ao mesmo tempo nos diferencia uns dos outros – pessoas ou nações.” (BRASIL, 2010, p. 8). “A compreensão de que os direitos culturais fazem parte dos direitos humanos e que devem se constituir numa plataforma de sustentação das políticas culturais é algo recente, embora eles estejam, desde 1948, inscritos na Declaração Universal dos Direitos do Homem.” (BRASIL, 2009, p.11).

Sobre a dimensão econômica, refere o potencial da cultura como vetor de desenvolvimento, enfatizando a diversidade cultural como o maior patrimônio da população brasileira.

Conforme a Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura (BRASIL, 2009), como qualquer mercadoria, o bem cultural envolve produção, distribuição e consumo, ou seja, a cultura vem se transformando num importante segmento da economia.

Ainda sobre a tridimensionalidade da Cultura texto disponibilizado no site do MinC ressalta a necessidade de se pensar em políticas públicas que, valorizando as linguagens artísticas, venham a abranger outros patamares, com o fomento às diversas criações e manifestações, possibilitando o acesso universal à cultura, com ênfase para o crescimento econômico da população brasileira. “Hoje, [...] a cultura, como lugar de inovação e expressão da criatividade brasileira apresenta-se como parte constitutiva do novo cenário de desenvolvimento econômico socialmente justo e sustentável. (BRASIL, 2009, p.2).

Soto *et al* (2010) apontou que dentre os principais desafios enfrentados pela nova gestão à frente do Ministério da Cultura, a partir de 2003, estava o de resgatar o papel institucional do órgão na formulação, execução e articulação de políticas públicas de Cultura.

Entre as mudanças propagadas e instaladas pelo Ministério da Cultura [...], vale destacar: 1) o alargamento do conceito de cultura e a inclusão do direito à cultura, como um dos princípios basilares da cidadania; sendo assim, 2) o público alvo das ações governamentais é deslocado do artista para a população em geral; e 3) o Estado, então, retoma o seu lugar como agente principal na execução das políticas culturais; ressaltando a importância 4) da participação da sociedade na elaboração dessas políticas; e 5) da divisão de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo, as organizações sociais e a sociedade para a gestão das ações. (SOTO *et al*, 2010, p.30).

Conforme os autores, as diretrizes acima faziam parte do programa da campanha de Lula à presidência, o qual elencava a realização de processos de participação popular, com vistas à construção do Plano Nacional de Cultura (PNC), bem como a estruturação do Sistema Nacional de Cultura (SNC), pontos considerados prioritários pelas gestões Gilberto Gil e Juca Ferreira.

Reforça ainda que estes mecanismos foram instituídos, já em 2003, com a realização do Seminário Cultura para Todos, com uma série de 20 encontros que reuniram cerca de 30.000 pessoas. Já a partir de 2004 novas instâncias de diálogo foram criadas com a instalação de câmaras setoriais dos diversos segmentos, quando, pela primeira vez, abriu-se um processo de diálogo com os artistas na definição e formulação de políticas públicas para a cultura. As câmaras setoriais, cujas atividades foram suspensas em 2006, retornaram em 2007, com a instalação do Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Também foi relevante a realização no período de duas conferências nacionais de cultura, a realização de debates intitulados Diálogos Culturais, busca de contribuições para a reforma das leis Rouanet e de Direito Autoral em 2008 e a instalação da ouvidoria do Ministério em 2009.

4.1 O SISTEMA NACIONAL DE CULTURA

De acordo com a Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura (BRASIL, 2009), com vistas a dar maior centralidade e institucionalidade à política cultural e a partir de exemplos de outros sistemas como o Sistema Único de Saúde, o MinC constituiu três grupos de trabalho para viabilizar a construção do Sistema Nacional de Cultura, cujos princípios sintetizam os seus fundamentos e que tem por objetivo a formulação e implantação de políticas públicas nas três instâncias de governo e a sociedade civil. Tais políticas, democráticas e permanentes, devem levar ao acesso aos bens e serviços culturais e promoverem o desenvolvimento humano, social e econômico.



Figura 1: Configuração do Sistema Nacional de Cultura
 Fonte: Ministério da Cultura

A proposta de constituição do SNC prevê um sistema misto, com um núcleo estático e um dinâmico, ou seja, estáticos os pilares de constituição do sistema e dinâmicos, os processos de negociação e pactuação das políticas culturais.

São elementos constitutivos do Sistema:

. Órgãos Gestores da Cultura: Responsáveis pela gestão das políticas para a área, dentro do campo de atuação de cada um dos entes federativos.

. Conselhos de Políticas Culturais: Instâncias colegiadas que devem ter representação, no mínimo paritária, da sociedade civil, nos três níveis de governo. “Sua principal finalidade é atuar na formulação de estratégias e no controle da execução das políticas públicas de Cultura.” (BRASIL, 2009, p.20).

. Conferências de Cultura: Espaços de participação e articulação entre o governo e a sociedade civil, nas respectivas esferas de atuação, com a finalidade de analisar e estabelecer as diretrizes para as políticas para a área.

. Plano de Cultura: De duração decenal, tem por objetivo o planejamento e a implementação de políticas de cultura, oferecendo estabilidade e continuidade, configurando-se, com isso, em política de Estado.

. Sistemas de Financiamento à Cultura: Configuram um importante conjunto de mecanismos, com o objetivo de fornecer recursos para a execução de ações, projetos e programas culturais. Está em tramitação a PEC 150/2003, que destina um patamar mínimo de recursos orçamentários, destinados a investimentos nos níveis federal, estadual e municipal.

. Sistemas Setoriais de Cultura: Haja vista a complexidade da área cultural, os sistemas setoriais (bibliotecas, museus, música, dança...) devem compor o Sistema Nacional de Cultura funcionando como subsistemas articulados à política cultural.

. Comissões Intergestores: De caráter permanente, funcionam como instância de pactuação e deliberação e ainda de assessoramento técnico aos Conselhos de Políticas Culturais. Em nível federal, Comissões Intergestores Tripartite (CIT) e, nos Estados, Comissão Intergestores Bipartites (CIB).

. Sistemas de Informações e Indicadores Culturais: Tem por objetivo oferecer um panorama atualizado dos setores, oferecendo informações sobre a estrutura, a gestão e o financiamento da Cultura nos níveis federal, estadual e municipal.

. Programa Nacional de Formação na Área da Cultura: A necessidade de maior qualificação de pessoal é fundamental com vistas ao fomento, capacitação e estímulo de gestores e conselheiros, responsáveis pela implementação do Sistema Nacional de Cultura.

O organograma abaixo oferece um panorama dos elementos que constituem o SNC:



Figura 2: Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: Ministério da Cultura

Dados publicados no *blog* do Sistema Nacional de Cultura, atualizados em 28 de fevereiro de 2012, dão conta de que 18 estados e 839 municípios assinaram o Acordo de Cooperação Federativa com o Ministério da Cultura. O Estado do Rio Grande do Sul e 125 municípios gaúchos, já aderiram ao sistema. Nova atualização, de 26 de março, aponta para o crescimento do número de municípios que aderiram ao SNC, totalizando 854 municípios. No Rio Grande do Sul, dos 496 municípios, 131 assinaram referido acordo.

Dentre os elementos constitutivos do Sistema Nacional de Cultura, especial relevância deve ser dada às conferências nacionais de Cultura realizadas em 2005 e 2009, haja vista ser um dos maiores, se não o maior espaço de participação popular.

A Conferência Nacional de Cultura (CNC) é a instância de consulta pública periódica do Conselho Nacional de Política Cultural que objetiva colher subsídios para a construção do Plano Nacional de Cultura e do Sistema Nacional de Cultura. A Conferência Nacional é a culminância de processos de encontros municipais, estaduais e macrorregionais. Cada etapa possui decretos que a valida perante a lei, regimentos internos que determinam o seu funcionamento e textos-base essenciais para nortear as discussões. Os textos destes documentos possuem diferenças que variam em relação ao contexto e a circunstância de cada conferência. No entanto, em todas as instâncias está prevista a exigência de proporcionalidade de participantes da sociedade civil e do poder público. (SOTO *et al*, 2010, p. 34).

Estado e Sociedade construindo políticas públicas de cultura foi o tema da I Conferência Nacional de Cultura, dividida em cinco eixos temáticos: I – Gestão pública da cultura; II – Cultura e cidadania; III – Economia da cultura; IV – Patrimônio cultural e V – Comunicação é cultura, cujas etapas contaram com a participação de 55 mil pessoas, divididas entre conferências municipais, intermunicipais e estaduais. A plenária nacional contou a presença de 1300 pessoas sendo aprovada uma série de diretrizes de políticas posteriormente encaminhadas às diferentes instâncias do Governo Federal e ao Congresso Nacional.

Nos mesmos moldes da primeira, em 2009 foi realizada a II Conferência Nacional de Cultura, cujo tema foi Cultura, Diversidade, Cidadania e Desenvolvimento e como eixos temáticos I – Produção simbólica e diversidade cultural; II – Cultura, cidade e cidadania; III – Cultura e desenvolvimento sustentável; IV – Cultura e desenvolvimento sustentável e V – Gestão e institucionalidade da cultura.

Ainda segundo a autora, dados disponibilizados pelo MinC, mostram que a II CNC, nas etapas locais, mobilizou mais da metade dos municípios brasileiros, 2.974, ao passo que da I CNC houve a participação de 1.192. A plenária nacional foi realizada em 2010, no período de 11 a 14 de março, em Brasília e, de acordo com o documento Conferindo os Conformes: resultados da II Conferência Nacional de Cultura (2010), 206.400 pessoas participaram das etapas municipais, todos os estados realizaram conferências estaduais com a presença de 10.400 pessoas, além da realização de 26 conferências livres, 143 pré-conferências setoriais e o envolvimento de 1.400 participantes de todo o Brasil.

A CNC supera a tradição de ausência do Estado, ao colocar a cultura efetivamente no cerne das políticas públicas e, uma vez que se busca promover uma articulação entre os três níveis de governo, colabora para uma maior institucionalização do campo cultural no Brasil. Em segundo lugar, a realização das conferências suplanta a elaboração autoritária das políticas culturais, ao colocar a sociedade civil como a principal articuladora deste processo [...]. (SOTO *et al*, 2010, p. 37)

Também merece uma referência especial, o Plano Nacional de Cultura (PNC), transformado na Lei 12.343, de 02 de dezembro de 2010.

Reis (2010) informa que o PNC foi encaminhando à Câmara dos Deputados no ano de 2000, sob a justificativa da necessidade da inclusão de políticas de cultura na lista de temas importantes e ainda para desmistificá-lo da visão de que é algo desnecessário.

No período de 2000 a 2002, de acordo com a autora, o Plano foi conduzido pela Câmara dos Deputados.

[...] somente a partir do mandato de Gilberto Gil, o Plano tenha se tornado um compromisso, já que uma das diferenças dessa gestão em relação à anterior está na definição de cultura, a partir de uma dimensão antropológica, além das artes e patrimônio, e em tentar estabelecer o papel do Ministério, enquanto formulador de políticas culturais. (REIS, 2010, p. 54)

De duração plurianual, está previsto para dez anos e tem como princípios, conforme o artigo 1º da referida lei:

- I – liberdade de expressão, criação e fruição;
- II – diversidade cultural;
- III – respeito aos direitos humanos;
- IV – direito de todos à arte e à cultura;
- V – direito à informação, à comunicação e à crítica cultural;
- VI – direito à memória e às tradições;
- VII – responsabilidade socioambiental;
- VIII – valorização da cultura como vetor de desenvolvimento sustentável;
- IX – democratização das instâncias de formulação das políticas culturais;
- X – responsabilidade dos agentes públicos pela implementação das políticas culturais;
- XI – colaboração entre agentes públicos e privados para o desenvolvimento da economia da cultura;
- XII – participação e controle social na formulação e acompanhamento das políticas culturais.

Seus objetivos, de acordo com (BRASIL, [200?]), elencados no artigo 2º, buscam:

[...] fortalecimento institucional e definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura;
 proteção e promoção do patrimônio e da diversidade étnica, artística e cultural;
 ampliação do acesso à produção e fruição da cultura em todo o território;
 inserção da cultura em modelos sustentáveis de desenvolvimento socioeconômico;
 estabelecimento de um sistema público e participativo de gestão, acompanhamento e avaliação das políticas culturais.

O organograma abaixo (BRASIL, [200?].) apresenta as etapas de construção do Plano Nacional de Cultura:

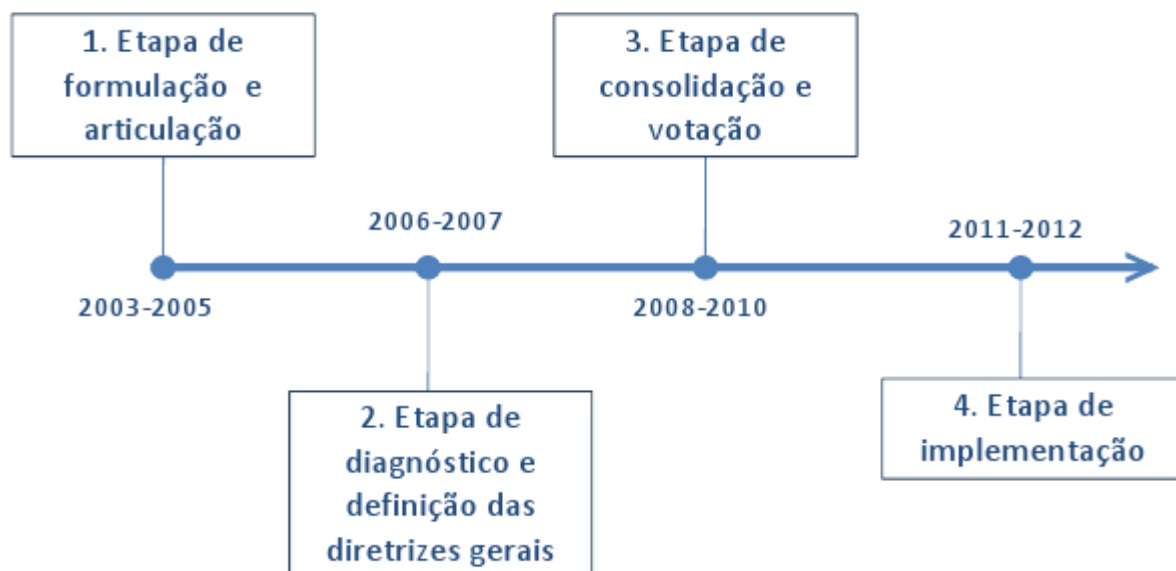


Figura 3: Histórico do PNC
 Fonte: Ministério da Cultura ([200?].)

De acordo com informações do Ministério da Cultura, no dia 13 de dezembro de 2011, ocorreu o lançamento oficial das 53 metas do Plano Nacional de Cultura, elaboradas a partir de grande mobilização e participação da sociedade, através de Consulta Pública e que poderão constituir um novo cenário cultural em 2020.

4.2 O RIO GRANDE DO SUL E A CONSTRUÇÃO DO SISTEMA ESTADUAL DE CULTURA

A Secretaria da Cultura do Rio Grande do Sul foi criada em 20 de julho de 1990, através da Lei 9117, tendo como competências, dentre outras, garantir o exercício dos direitos culturais, assegurar o acesso às fontes de cultura, apoiar e incentivar as manifestações culturais, colaborar com as ações culturais dos municípios, manter cadastro atualizados dos equipamentos culturais, promover e incentivar a pesquisa técnico-científico cultural.

Em preparação à II CNC, o Rio Grande do Sul realizou em 11 de dezembro de 2009, a II Conferência Estadual de Cultura, organizada pela Secretaria de Estado da Cultura (SEDAC), através de comissão organizadora composta por representantes da SEDAC, do Conselho Estadual de Cultura (CEC), do Conselho dos Dirigentes Municipais de Cultura do Rio Grande do Sul (CODIC), da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), do Sindicato dos Artistas e Técnicos em Espetáculos de Diversões do Rio Grande do Sul (SATED), da Comissão Gaúcha de Folclore (CGF), Associação Gaúcha de Dança (ASGADAN) e da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. Conforme o Relatório da II CEC, 223 municípios realizaram as conferências municipais, da qual participaram 215 representantes da sociedade civil, 106 da área governamental, além de 11 conselheiros estaduais de cultura, 16 convidados e 71 observadores, sendo eleitos 33 delegados para representar o Rio Grande do Sul 22 representantes da sociedade civil e 11 da área governamental para participação na II CNC.

As propostas dos municípios através dos relatórios das conferências em nível municipal e/ou intermunicipal foram sistematizadas e apresentadas por eixo temático, sendo votadas 50 diretrizes e 57 ações estratégicas para nortear as políticas públicas para a área.

A partir de 2011, conforme Assunção (2011, p. 1), a SEDAC vem buscando o desenvolvimento sistêmico da cultura, explanando sobre sua conceituação:

Por sistêmico, queremos dizer a introdução de elementos que ajudem a ultrapassar o paradigma do evento, e que avancem da ação pontual e desconectada para programas, políticas e um plano articulado para o desenvolvimento cultural do Rio Grande do Sul. É uma verdadeira “virada cultural”, em que a cultura é parte integrante de uma agenda do desenvolvimento do Estado, para muito além do ornamental, do acessório ou do supérfluo.

Priorizando a ideia já trabalhada pelo MinC, da cultura em três dimensões, ainda em 2011 foram realizados oito encontros, abrangendo todas as regiões do Estado, denominados Diálogos Culturais, que contaram com a participação de mais de 300 municípios, nos quais foram discutidas as diretrizes para uma política cultural no Rio Grande do Sul, os quais culminaram com a realização da conferência Cultura para o Rio Grande Crescer, nos dias 29 e 30 de abril de 2011, em Santa Maria.

Assunção (2011) enfatiza que a estratégia da Secretaria está em estabelecer um Sistema Estadual de Cultura (SEC) que contemple elementos de planejamento, de participação e de diversificação das fontes de financiamento à cultura.

Tendo assinado o Termo de Cooperação Federativa com o Ministério da Cultura para implantação do Sistema Estadual de Cultura, o Rio Grande do Sul caminha, conforme informação apresentada na reunião ampliada do Colégio de Representantes do Conselho dos Dirigentes Municipais de Cultura do Rio Grande do Sul, realizada na sede da FAMURS, em 15 de março do corrente, para a realização de nova edição dos diálogos culturais, desta feita para a construção do Plano Estadual de Cultura.

Na ocasião, o secretário Assis Brasil reforçou o empenho da secretaria por uma política transparente e democrática, informando que a SEDAC trabalha unicamente através de editais, lembrando que em 2011, foram lançados o do Fundo de Apoio à Cultura, que disponibilizou o valor de R\$ 880.000,00, premiando mais de 30 iniciativas culturais e o de Modernização de Bibliotecas Públicas, destinando recursos para as bibliotecas de municípios com até 10.000 habitantes, sendo contemplados, efetivamente, 32 municípios gaúchos.. Informou ainda que está em fase de instalação o Criativa Birô, um espaço de aconselhamento, de suporte técnico para a realização de projetos culturais, junto à Casa de Cultura Mário Quintana, bem como, em breve será lançado o edital referente aos Galpões Culturais, que consistem na parceria entre os governos estadual e municipais e grupos culturais para utilização de prédios ociosos do Estado, com vistas à formação de um corredor cultural..

As informações acima constam da Ata nº 02/2012, disponibilizada pelo CODIC.

Com relação ao sistema Pró-Cultura, conforme dados disponibilizados pela Diretoria de Economia da Cultura no *site* da SEDAC, em 2011, foram aprovados 152 projetos e concedidos mais R\$ 20.000.000,00, em isenção fiscal.

Assunção (2011) enfatiza que as ações da SEDAC objetivam ampliar a esfera crítica e contribuir para o desenvolvimento econômico e social do Rio Grande do Sul,

5 SÃO FRANCISCO DE PAULA: UM POUCO DA HISTÓRIA

O município de São Francisco de Paula está localizado na Encosta Inferior do Nordeste do Rio Grande do Sul, na zona fisiográfica chamada de Campos de Cima da Serra. De acordo com Teixeira (2002, p.21), seus primeiros habitantes foram os índios Caáguas ou Caaguaras, cujas aldeias estavam localizadas pelas serras Geral e do Mar; respeitavam a natureza e eram pacíficos. Foram totalmente dizimados por volta de 1700, pois a partir das incursões dos bandeirantes para o Sul do Brasil foram capturados e escravizados.

Ainda, conforme a autora, no final do século XVIII a expansão da mineração provocou a vinda de paulistas, lagunistas e outros para o Rio Grande do Sul, com a finalidade de buscar mulas para a atividade mineradora, haja vista ser o Estado um grande fornecedor de animais de tração. “Foi com o transitar dos tropeiros por estes caminhos que teve início o processo de ocupação dos Campos de Cima da Serra, recebendo os primeiros sesmeiros.” (TEIXEIRA, 2002, p.21)

A autora relata que a cidade de São Francisco de Paula teve início com Pedro da Silva Chaves, militar português, sesmeiro, que doou uma porção de terra e algumas vacas, como patrimônio de uma capela por ele construída, à qual deu o nome de São Francisco de Paula, santo de sua devoção.

De acordo com Lucena (1971, p.1):

A Coroa de Portugal, naquela época, doava determinada área de terras a quem se comprometesse iniciar o povoamento de uma certa região, sendo o Capitão Chaves um dos beneficiados. Dessa área doou uma certa gleba a São Francisco de Paula. Apesar desse nome não ser, ainda, o de nosso município, o fez em virtude de ser um grande devoto desse Santo e, a fim de que nessa gleba fosse iniciado o povoado. Doou, também, cinquenta vacas para constituir o primeiro patrimônio da Igreja, cuja construção foi iniciada por sua conta. [...].

Conforme dados da Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), o município possui uma área de 3.273,498 km², para uma população de 20.537 habitantes, de acordo com informações no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE).

Teixeira (2002) informa que a população do município é composta por brancos, compreendendo portugueses, principalmente açorianos, alemães e italianos; africanos dos grupos dos bantos e indígenas.

Quanto ao aspecto econômico relata que, em seus primórdios, São Francisco de Paula desenvolveu grande produção de erva-mate. Posteriormente, surgiu a extração, comércio e indústria de beneficiamento de madeiras, que permanece até hoje, juntamente com a olericultura e a pecuária. Também estão instaladas no município, indústrias de malhas e de calçados, artesanato, bem como diversificada atividade comercial.

Enfatiza que o turismo é uma atividade que vem sendo intensamente desenvolvida e que por isso, mobiliza serviços de hotelaria, transportes, comércio, restaurantes, entre outros.

5.1 UM RESGATE DOS ASPECTOS CULTURAIS

Teixeira (2002) relata que o povo serrano sempre foi grande apreciador da arte, da música e do lazer. Desde os seus primórdios o município contou com bandas de música, grupos de instrumentistas, conjuntos musicais e também um grupo teatral. Não menos famosos eram os bailes e o Carnaval realizados na Sociedade Cruzeiro. Destaca também as carreiras em cancha reta e o cinema Avenida, hoje fechado, cujo prédio ainda existe na Avenida Júlio de Castilhos. Conta que ainda hoje as raízes gaúchas estão fortemente arraigadas na comunidade, estando presentes na indumentária, nas comidas campeiras como o churrasco, o arroz de carreteiro e o charque, o respeito ao cavalo e o gosto pela cavalgada. Conforme a autora (2002, p.84), “[...] todos mantêm o hábito de saborear o chimarrão, um dos símbolos da tradição e da hospitalidade do gaúcho.”

Para Teixeira (2002), a hospitalidade e a alegria são uma marca do povo serrano, o que os leva à participação em diversas atividades culturais e festivas, ao longo do ano, como o Festival Ronco do Bugio, torneios de laço e de vaca parada, remates de animais, rodeios e festas religiosas. Na Semana Farroupilha, as comemorações incluem gincanas, declamações, danças, trovas, poesias, repentos, fandangos e o tradicional desfile de cavalarianos e carros alegóricos na avenida.

Os aspectos históricos e culturais, segundo a autora, também estão presentes nos monumentos, no folclore, na gastronomia, no artesanato e no estilo das casas, sejam de alvenaria ou nos chalés de madeira, características da região, influência da colonização européia. “[...] soma-se a Cultura que deixa vestígios bem claros no idioma, no linguajar, palavras e sotaques, a arte (dança, música e literatura), gastronomia, vestimentas [...]” (ALVES, 2008, p. 664).

A diversidade cultural também se expressa na religiosidade do povo serrano. Teixeira (2002) reforça a quantidade de igrejas e templos, das mais variadas confissões religiosas, espalhados na cidade e no interior, bem como centros espíritas, lojas maçônicas, centro esotérico e de cultos afro-brasileiros.

No ano de 2002, através da Lei 1.906, foi criado o Coral Municipal, vinculado à Secretaria Municipal de Educação e Cultura, formado por cidadãos do município, com atividade exercida voluntariamente, com a finalidade, conforme o artigo 3º, de incentivar e divulgar a cultura municipal, regional e nacional, a pesquisa e o estudo da música, apresentar-se em eventos culturais no Município e representá-lo em outras localidades, buscar o aperfeiçoamento cultural da população e sua integração através de promoções culturais e sociais além de qualificar e manter a cultura musical, local e regional.

No mesmo ano, foi criada a Banda Municipal, formada por alunos das escolas do município, fazendo sua estreia no desfile de 7 de Setembro.

Além dos equipamentos culturais mencionados, dados do Mapa da Cultura elaborado pela FAMURS, através da área de Educação, Cultura e Turismo, a partir de informações dos municípios referentes ao ano de 2005, apontam a existência em São Francisco de Paula, de diversos grupos de danças (*street dance*, dança moderna), grupo teatral e corais.

Dados coletados junto ao Departamento de Cultura de São Francisco de Paula apontam para a existência de outros, além dos já elencados: associações de artesãos, escolas de samba, blocos carnavalescos, grupo de cavalhadas, grupos de pagode, escola de acordeom, academias de danças clássicas, cursos de pintura em tela, músicos, poetas, escultores, pintores, escritores, unidade da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS e o Pólo da Universidade Aberta do Brasil, aos quais acorrem alunos de toda a região, além das escolas das redes municipal, estadual e particular.

Conforme as informações, merece destaque também a Livraria Miragem situada na Avenida Júlio de Castilhos, um diferencial, pois não se dedica apenas ao comércio de livros. Desde o estilo do prédio, à organização do acervo nas prateleiras, as obras de arte, o espaço para as crianças, a Casa de Chá, a réplica, nos fundos, do primeiro banco da cidade e que abriga um museu de fotos e peças antigas, além de servir para a realização de lançamentos de livros, saraus e concertos musicais.

Ao longo dos últimos anos, diversos momentos artístico-culturais foram oferecidos à comunidade. Registros apontam para apresentações teatrais, sessões de cinema, orquestras, música sacra, festival de coros, este último fixo no calendário do município, haja vista ser

sede de uma das etapas do festival de coros da Federação de Coros do Rio Grande do Sul (FECORS), desde 2004.

Para o despertar da consciência ambiental, foram realizadas três edições do espetáculo Odisséia das Águas junto ao Lago São Bernardo, com entrada franca, contando a história de amor entre o homem e a Natureza. Organizado pela Prefeitura de São Francisco de Paula, através da Secretaria de Turismo, Indústria e Comércio, numa produção que movimentou mais de 300 pessoas entre atores e figurantes, todos residentes no município.

Além desses, informações disponibilizadas através do Relatório de Atividades Desenvolvidas em 2010, do Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, anualmente, alguns eventos são organizados pela Biblioteca Pública Municipal Dr. Elyseu Paglioli, com destaque para a Feira do Livro com o envolvimento das escolas, universidades, escritores, artistas, grupos e associações. A Biblioteca, com um acervo de cerca de 23000 exemplares, é bastante frequentada para retirada de livros e realização de pesquisas, com uma média mensal de 350 usuários.

Também é digna de nota a realização anual da Festa do Pinhão, que movimenta não só o turismo, mas os demais setores da economia do município, através de mostra da gastronomia serrana, da feira de produtos da terra e da indústria e comércio, com diversas e variadas atrações.

É importante referir também que está em construção o novo prédio da biblioteca pública e centro cultural, através de projeto aprovado junto ao Governo Federal e contrapartida do município. No térreo, as dependências da biblioteca; no segundo piso, um espaço para oficinas, exposições, saraus e um mini auditório.

O município, filiado à Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), integra em nível regional, a Associação dos Municípios de Turismo da Serra (AMSERRA), da qual fazem parte também Cambará do Sul, Canela, Gramado, Nova Petrópolis, Picada Café e Santa Maria do Herval. Na área da Cultura, é representante titular da região no Conselho dos Dirigentes Municipais de Cultura do Rio Grande do Sul - (CODIC), vinculado à FAMURS, integrando, também a sua Comissão Executiva.

6 CAMINHANDO PARA A INSTITUCIONALIZAÇÃO DO SISTEMA MUNICIPAL DE CULTURA EM SÃO FRANCISCO DE PAULA

A conscientização sobre as necessidades que permeiam a sociedade devem desafiar os gestores públicos, levando-os à busca da construção de políticas públicas que venham a permitir a inclusão social e a cidadania. Para Ruas, (2009, p.37), “[...] a política pública é considerada a resultante de uma série de atividades políticas que, agrupadas, formam o processo político.

Segundo Pauli (2010, p. 178) “[...] para compreensão dos determinantes da formulação de uma política pública é mister perguntar sobre a dinâmica de formulação de determinado problema estratégico, isto é, de que forma, como e por que determinado tema emerge na agenda e torna-se um problema para a política pública.”

Referente a políticas públicas específicas para a Cultura, Carvalho (2009, p. 666), enfatiza:

A construção de um sistema nacional como o SNC, que pressupõe ampla participação social e política dos três níveis federativos e da sociedade civil em todos os territórios, é um natural espaço social de exercício de um método que não engesse a dinâmica do processo de construção plural e inclua todos, de modo qualificado e crítico.

Reforça, complementando:

No entanto, a construção do SNC e dos sistemas que o formam, como os sistemas municipais de Cultura, será um desafio também no plano da educação de todos quanto ao modo de participação. Aos especialistas, deverá oferecer a aprendizagem do ouvir e aos segmentos historicamente excluídos, a aprendizagem do expressar. (CARVALHO, *et al*, 2009, p. 668).

Para a compreensão da trajetória das políticas públicas no município objeto de pesquisa, dados disponibilizados pelo IBGE (2007), trazidos por Carvalho *et al* (2009) oferecem um panorama, no que tange à existência de grupos artísticos e equipamentos culturais e ainda a situação da estrutura de governo e dos instrumentos de gestão nos municípios da região Sul. Com referência aos equipamentos culturais 90,6% dos municípios possui bibliotecas públicas e 93%, estádios ou ginásios poliesportivos, estes últimos

abrigando algumas atividades culturais, haja vista que a grande maioria não possui centro cultural, sala de teatro, cinema e sala de espetáculo.

A importância da atuação do Estado é revelada pelo número de equipamentos financiados pelo poder público municipal. Os destaques são as bibliotecas públicas, mantidas quase na sua totalidade pelos municípios, assim como os centros culturais que atingem o percentual de 68% de manutenção pelo município[...].(CARVALHO, *et al*, 2009, p. 678).

No tocante à estrutura de governo para a área da cultura, na grande maioria dos municípios da região Sul, é compartilhada com outra secretaria. Somente 77 dos municípios possuem secretaria e fundação pública, o que equivale a 6,5%, enquanto 51 possuem fundação pública, sendo que apenas 20 municípios não possuem nenhuma estrutura.

Sobre os instrumentos de gestão a pesquisa aponta que 62,8% dos municípios têm política municipal de cultura. Apesar do alto percentual, a autora reforça que “[...] muitos municípios ainda não dispõem de um instrumento direcionador da ação pública na cultura. [...]”. (CARVALHO *et al*, 2009, p. 681). Por outro lado, reforçando a tendência nacional, 41,2% atribuem a qualidade de vida da população, seguido pela participação social, como objetivo principal da política de cultura, através da promoção e garantia de acesso a atividades culturais, divulgação da produção cultural e manutenção de oficinas e cursos.

Os conselhos municipais de Cultura, espaço efetivo de participação da sociedade civil, só estão presentes em 15% dos municípios. Destes, em 46% a representação é paritária e, em 43%, predomina a sociedade civil.

Em 34% dos municípios da região Sul, o Plano Municipal ou Intermunicipal de Cultura já foi implantado, 66%, em fase de implantação. Cumpre ressaltar que apenas 10% consolidam a política de Cultura através do Plano.

Relativamente à legislação de fomento à cultura, 5,3% a possuem, mas apenas em 2% é financiamento público direto. Para 3%, o financiamento se dá por incentivos fiscais. A autora questiona o contraste do marco legal com a informação de que o financiamento das atividades culturais nos municípios é originário de transferências do nível municipal da ordem de 47%. Apenas 4% contam com Fundo Municipal de Cultura. Destes, 28,8% somente, têm a participação da sociedade civil na gestão do recurso.

Após estas breves considerações, pode-se buscar a contextualização da trajetória das políticas públicas de Cultura em São Francisco de Paula, tomando como base a legislação municipal e a análise das entrevistas realizadas.

Conforme informações obtidas junto ao Departamento de Cultura, o município participou, com uma representação, na Conferência Intermunicipal de Cultura, em Nova Petrópolis, no ano de 2005, quando foram debatidos temas referentes a patrimônio histórico-cultural.

Em 2009, realizou sua própria Conferência, convocada por ato do Executivo Municipal através do Decreto 589/2009, alterado pelo Decreto 591/2009, no dia 31 de outubro.

De acordo com o Relatório da I Conferência Municipal de Cultura (CMC) houve uma participação da ordem de 37 representantes da área governamental e 28 da sociedade civil, sendo eleitos 02 delegados da sociedade civil e 01 da área governamental, para participação em âmbito estadual.

Com relação aos eixos norteadores, o Relatório (2009) apontou as seguintes estratégias:

- 1 - Produção Simbólica e Diversidade Cultural: Instituir políticas públicas de fomento, investimento e financiamento. Oportunizar a aproximação dos vários segmentos da comunidade, representativos de entidades culturais. Promover a capacitação de pessoas para incentivar, mediar e agregar atividades culturais. Criar e/ou revitalizar espaços culturais, bem como de discussão teórica para elaboração/organização da Cultura.
- 2 - Cultura, Cidade e Cidadania: Promover a descentralização a cultura, valorizando as diferentes manifestações culturais de cada região e/ou localidade. Inclusão como tema transdisciplinar Cultura e cidadania. Resgatar-conservar o patrimônio imaterial. Respeitar o direito de cada um expressar-se conforme sua cultura.
- 3 - Cultura e Desenvolvimento Sustentável: Realizar momentos culturais abertos à comunidade. Criar Central Organizada de Artesanato: associações, cooperativas, feiras de trocas.
- 4 - Cultura e Economia Criativa: Realizar inventário cultural. Promover a organização dos diversos segmentos culturais.
- 5 - Gestão e Institucionalidade da Cultura: Criar e implementar o Sistema Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Cultura. Garantir a realização da Conferência Municipal de Cultura, não ultrapassando o período de quatro anos. Elaborar, implementar e acompanhar o Plano Municipal de Cultura, com objetivos e metas para dez anos. Aderir ao SNI e criar o cadastro Municipal.

Através da Lei 2696, de 03 de agosto de 2010, foi criado o Departamento de Cultura, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. A Lei 2818/2012, de 13 de janeiro de 2012, que dispõe sobre a readequação do plano de carreira dos servidores do quadro geral da Prefeitura de São Francisco de Paula, cria, dentre outros, o cargo de Chefe do Departamento de Cultura, cujas atribuições, constantes do anexo III, são as que seguem: “coordenar a execução e a avaliação dos projetos culturais específicos em desenvolvimento sob sua coordenação, participando do planejamento e operacionalização das ações necessárias

à execução dos mesmos e de sua avaliação, de acordo com as orientações da Secretaria Municipal de Educação”. (SÃO FRANCISCO DE PAULA, 2012, p. 49).

A Confederação Nacional dos Municípios - CNM (2008, p. 34), reforça:

Este departamento deve ter por finalidade implantar as políticas de desenvolvimento das atividades culturais e até o de incentivar a discussão no âmbito local. Ele pode prestar um grande serviço, auxiliando na identificação dos projetos que atendam às necessidades e às expectativas do município e poderá prever planos para atuar com outras secretarias para o seu desenvolvimento.

Em 22 de junho de 2011, foi publicado no Diário Oficial da União o extrato do Acordo de Cooperação Federativa, com vigência até 31 de dezembro do corrente, celebrado entre o Ministério da Cultura e o município em 09 de junho do mesmo ano, conforme documentos disponibilizados pelo Departamento de Cultura.

São incumbências do Município, em consonância com o item II do referido documento (BRASIL, 2011, p. 4):

- a) Criar, coordenar e desenvolver o Sistema Municipal de Cultura - SMC;
- b) Integrar-se ao Sistema Nacional de Cultura;
- c) Criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao Sistema Nacional de Cultura;
- d) Integrar-se ao Sistema Estadual de Cultura;
- e) Apoiar a criação e implementação da Comissão Intergestores Bipartite para operacionalização do Sistema Estadual de Cultura;
- f) Elaborar, em conjunto com a sociedade, institucionalizar e implementar o Plano Municipal de Cultura;
- g) Criar e implantar ou reestruturar o Conselho Municipal de Política Cultural, garantindo o funcionamento e a composição de, no mínimo, 50% de representantes da Sociedade Civil, eleitos democraticamente;
- h) Fomentar a participação social por meio da criação de Fóruns Municipais de Cultura;
- i) Criar e implantar, manter ou reestruturar o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura, em especial o Fundo Municipal de Cultura, garantindo recursos para o seu funcionamento;
- j) Realizar as Conferências Municipais de Cultura, previamente às Conferências Estaduais e Nacionais e Nacionais, seguindo o calendário estabelecido pelo Ministério da Cultura;
- k) Apoiar a realização e participar das Conferências Estaduais e Nacionais de Cultura;
- l) Compartilhar recursos para a execução de programas, de projetos e de ações culturais no âmbito do SNC;
- m) Compartilhar informações por meio do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais disponibilizado pela União;
- n) Apoiar e participar do Programa Estadual de Formação na Área da Cultura;
- o) Implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura;
- p) Promover a integração com outros Municípios, com o Estado e a União, para a promoção de metas culturais conjuntas, inclusive por meio de consórcios públicos;
- q) Designar formalmente responsável pelo acompanhamento dos compromissos decorrentes deste Acordo e de seus Planos de Trabalho.

De acordo com o já citado departamento, está tendo início o cadastramento dos equipamentos culturais, o Plano de Trabalho está em fase de conclusão, bem como está em exame a minuta do projeto de lei que dispõe sobre o Sistema Municipal de Cultura.

As informações recebidas do órgão de Cultura mostram algumas ações no sentido do maior envolvimento da comunidade na discussão e formulação das políticas de cultura. A realização da 16ª. Feira do Livro, em 2011, que teve como tema: Cultura Negra em São Francisco de Paula, história e memória: uma (re) leitura, buscou resgatar a importância desta etnia para a formação cultural do município, a partir do resgate da história e da memória, através da história oral, numa parceria com os alunos do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), a Sociedade Recreativa Carnavalesca Alegria do Morro, com a participação de entidades, instituições e da comunidade em geral, culminando com uma exposição e os resultados iniciais da pesquisa durante a feira. Salienta-se que o trabalho está tendo continuidade em 2012, com a possibilidade de levar a exposição para os distritos do município e a criação de um museu virtual.

Outra ação que está em vias de ser implementada é a realização de encontros na cidade e no interior, nas sedes dos distritos e nas comunidades que integram o distrito da Sede, com o objetivo de ouvir os diferentes segmentos da comunidade e dar início ao mapeamento dos bens e equipamentos culturais existentes. Tais encontros visam preparar a II CMC, prevista para o final do mês de junho.

6.1 AS POLÍTICAS DE CULTURA NO MUNICÍPIO NA VISÃO DE DIFERENTES ATORES SOCIAIS

Para os objetivos a que se propõe a presente pesquisa, é importante considerar a opinião dos diferentes atores no município, buscando o entrelaçamento entre a teoria e a prática, pois “a atividade cultural em uma região, município ou cidade deve refletir a cultura local, no máximo a do seu entorno: a comunidade, sua integração/participação, deve ser o objetivo primeiro e principal desta ação. (NAPP, 1997, p.53)

Uma das perguntas que norteou a entrevista foi a definição de cultura, na visão do entrevistado. Houve unanimidade na afirmação de que são os costumes, os hábitos, as tradições, a história, a crença, enfim, as diversas manifestações humanas.

Acerca da existência de políticas públicas/investimentos para o setor cultural no município, a grande maioria das respostas aponta que existem, mas de forma insuficiente, precária, com baixos investimentos.

As vejo precárias. Existir acredito que existam, mas pela oferta cultural do município penso que o investimento seja baixo. Tenho a sensação de que não sabemos muito bem o que a população deseja em termos culturais, o que anseiam? Que bens culturais gostariam de possuir? Como difundiriam a cultura local se pudessem? São perguntas que me faço e não imagino as respostas que possam ter. (E 1)

Um dos entrevistados, entretanto, expressando sua opinião, diz que “As políticas públicas de Cultura não existem em São Francisco de Paula, pois a administração atual não vê como um processo permanente em evolução, desta forma a cultura não se torna prioridade”. (E 3)

Corroborando a afirmação acima, opina o entrevistado: “Não existem. Não há investimento. O que se vê e que se sente é um nada. Nada se faz, nada interessa. Os fatos só ocorrem em ano de eleições e soam hipócritas e interesseiros.” (E 22)

Além de duas opiniões que afirmam a existência de políticas públicas e investimentos para a área, é importante referir as opiniões dos que entendem que a questão cultural em São Francisco de Paula, está mais voltada ao entretenimento local e ao turismo.

O gráfico abaixo apresenta os diversos posicionamentos, de acordo com cada um dos segmentos/representações consultados:

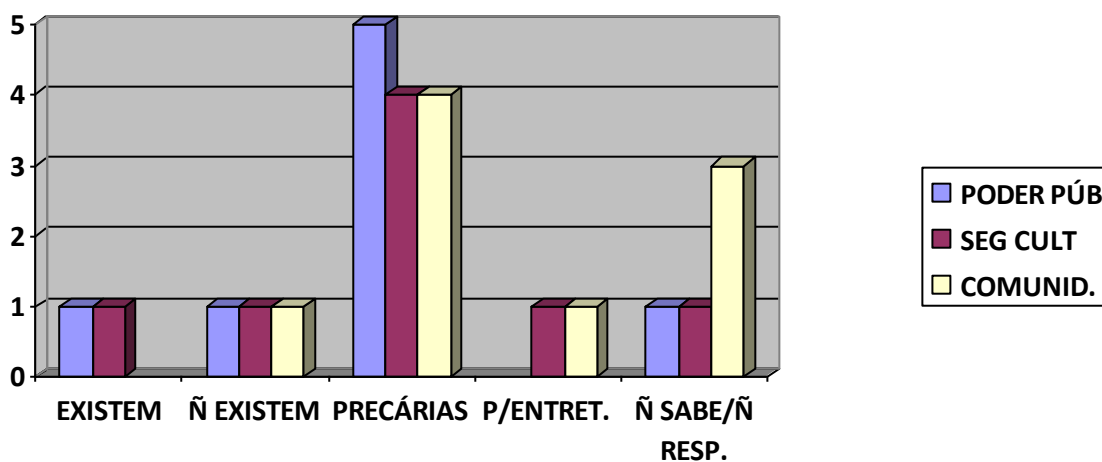


Gráfico 1: Políticas Públicas de Cultura em São Francisco de Paula
Fonte: Elaborado pela autora (2012)

Sobre a estruturação do Sistema Municipal de Cultura,(SMC), 76% dos entrevistados entendem tratar-se de uma medida importante para alavancar o desenvolvimento do município. Apenas um entende que não ajudará em nada, enquanto 5 alegam desconhecimento sobre o tema. Em sua maioria, defendem que a instalação de um Conselho Municipal de Políticas Culturais, ajudará a pensar a cultura no município, gerando maior comprometimento entre o poder público e a sociedade.

Toda iniciativa que propicie maior atenção e organização para uma atividade é elogiável, pois habilitará para a obtenção de apoio social, institucional e financeiro para suas realizações. A sistematização das atividades culturais permitiria a reflexão sobre as mesmas, a definição das prioridades e a democratização na gestão, eliminando o individualismo e o personalismo existente na maioria dos municípios, onde poucos iluminados se arvoram o direito de decidir o que todos devem fazer.
(E 5)

Complementando, transcreve-se abaixo, os seguintes depoimentos:

[...] Um Conselho Municipal de Políticas Culturais prevê etapas essenciais para pensar a cultura dos municípios: mapeamento de oferta e serviços, diagnóstico, análise de demandas, consulta popular e fóruns coletivos, elaboração de um plano que contemple a sociedade e suas organizações, sejam públicas, privadas ou do terceiro setor. E o mais importante: trata-se de uma medida participativa e descentralizada. (E 1)

No meu entendimento esse processo de implantação do Sistema Municipal de Cultura é o passo mais importante para garantir que políticas públicas sejam implantadas e implementadas na área da cultura, assim como em outras áreas em que a existência de um sistema já está consolidada. O desenvolvimento humano, social e econômico dar-se-á na medida em que as diferentes áreas da cultura estiverem valorizadas e dinamizadas na comunidade local, regional e estadual, fazendo com que, além da socialização dos bens culturais existentes possa ter a produção de novos bens. (E 12)

O gráfico abaixo apresenta um panorama das opiniões acerca da institucionalização do Sistema Municipal de Cultura em São Francisco de Paula:

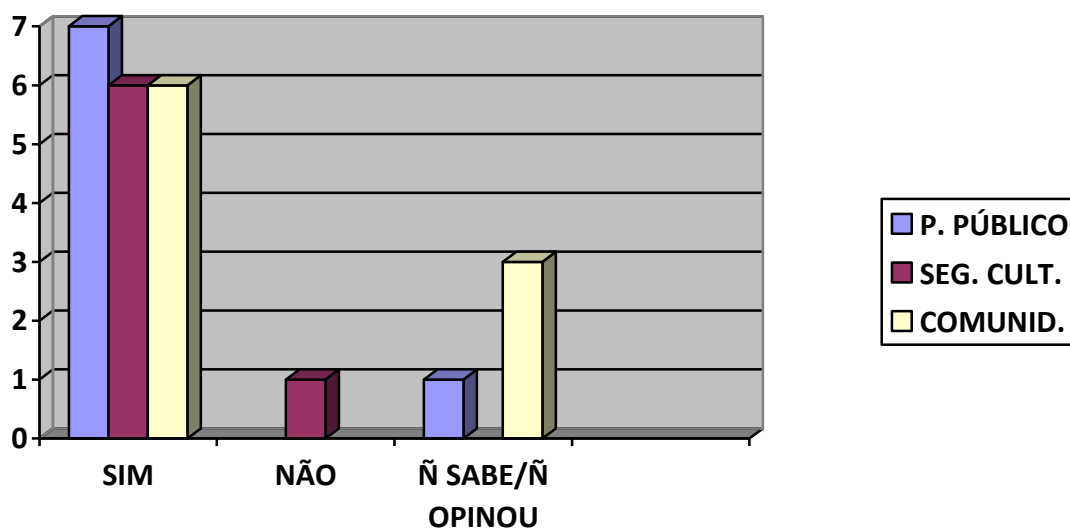


Gráfico 2: Implantação do Sistema Municipal de Cultura em São Francisco de Paula

Fonte: Elaborado pela autora (2012)

Finalizando as entrevistas, perguntou-se: que outras contribuições/sugestões você gostaria de acrescentar?

Dos 25 entrevistados, 20 responderam ao questionamento e os principais pontos enfocados são: elaborar material escrito, para consulta e investimentos no setor; trabalhar a cultura em todos os espaços: escola, mídia, igrejas, associações; realizar trabalho conjunto com a educação; promover eventos com prioridade para a participação de artistas locais, com o fortalecimento das manifestações artístico-culturais; realizar atos públicos em defesa da cultura; promover espaços de discussão e participação; criar espaço para apresentações das diversas manifestações artísticas e realizar mais investimentos.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A inclusão da cultura na agenda das políticas públicas do município é fundamental para o seu desenvolvimento, não apenas na opinião dos diversos teóricos referidos ao longo do texto, mas reflete a opinião dos representantes dos diversos segmentos entrevistados.

Dessa forma, ao final da pesquisa, retomam-se alguns aspectos, fundamentais para a compreensão das questões que permeiam a cultura em São Francisco de Paula.

A riqueza e a diversidade cultural são uma característica do município, fortemente marcadas pelo apego às tradições gauchas e às lidas de campo. Na mesma proporção, despontam as escolas de samba, os escritores, os grupos musicais nos mais variados ritmos, a religiosidade expressa nos templos de diferentes confissões e em outras manifestações de natureza espiritual.

A par da pesquisa bibliográfica, a história oral apresenta-se como um recurso metodológico privilegiado para o objeto da pesquisa, uma vez que possibilita a construção da História, através dos relatos, permitindo reconstituir a vivência e o cotidiano da população, objeto de investigação.

Chama a atenção a quase unanimidade dos entrevistados nos diferentes segmentos, para a precariedade das políticas culturais existentes no município e a falta ou inexistência de investimentos substanciais, com vistas a alavancar este importante setor.

As entrevistas apontam para a necessidade da realização de um trabalho urgente no sentido de conhecer a comunidade, seus costumes, hábitos, valores, a fim de que a política cultural no município seja oferecida contemplando as suas três dimensões: a simbólica, considerando a diversidade cultural, valorizando a tradição, crenças religiosas, práticas e identidades; a econômica, com vistas ao desenvolvimento justo e sustentável e a cidadã possibilitando o acesso de todos aos bens e equipamentos culturais.

Também refletem o anseio de serem criados espaços de participação para que juntamente com o poder público, a sociedade possa pensar a cultura no município. “Cultura tem a ver com o coletivo. Qualquer iniciativa no cultivo e resgate dos valores de um povo passa pela ampla discussão e participação do mesmo.” (E 18)

Urge, portanto, a importância da realização de diagnóstico, o mapeamento dos bens e equipamentos culturais, para a definição de prioridades e democratização da gestão, o que integrará a comunidade elevando sua autoestima e o sentimento de pertencimento, “pois quem

está ligado a alguma coisa, normalmente vivencia dia e noite a paixão pelo que faz e o faz de corpo e alma.” (E 17)

Assim, a institucionalização do Sistema Municipal de Cultura em São Francisco de Paula é tida como uma oportunidade muito especial no sentido de descentralização e participação, sendo considerada como um avanço no sentido de alavancar o desenvolvimento do município, com o fortalecimento das manifestações artístico-culturais já existentes e oportunizando o surgimento de outras, fomentando a economia e reduzindo as desigualdades sociais.

Entretanto, ao concluir-se a presente pesquisa é importante reforçar que um longo caminho ainda precisa ser percorrido, no sentido de garantir que políticas públicas de cultura venham a ser implementadas no município, a partir da sua construção de forma democrática e participativa.

Ainda que algumas ações pontuais sejam mantidas pelo poder público, como a biblioteca pública, o coro, a banda e a realização de alguns eventos, a inexistência da destinação de um percentual para investimentos no orçamento do município, inviabiliza, na maioria das vezes, a gestão da área, bem como impossibilitou a aferição do impacto sobre o desenvolvimento econômico do município.

Acredita-se que um importante passo para essa construção, além da assinatura do Termo de Cooperação Federativa com o Ministério da Cultura para criação do SMC em São Francisco de Paula e a consequente organização do setor com a implantação de mecanismos de financiamento, planejamento e gestão compartilhada, está na disposição do poder público, através do departamento próprio, de dar início ao processo de buscar, através de consultas públicas, a opinião e, principalmente, os anseios da comunidade, por entender-se que a sua participação nos processos decisórios é fundamental criando-se, com isso, as condições necessárias para alavancar o desenvolvimento humano, social e econômico do município

REFERÊNCIAS

ALVES, Luiz Antonio. São Francisco de Paula. In: BARROSO, Véra Lúcia Maciel. CARVALHO, Ana Licks. PRESTES, Elga Trindade. BORGES, Gesmar. **Raízes de Cambará do Sul: XVIII Encontro dos municípios originários de Santo Antonio da Patrulha.** Porto Alegre: EST, 2008. (p. 663-664)

ASSUMÇÃO, Jéferson. **Uma visão sistêmica de cultura para o RS.** 14 set. 2011. Disponível em:
<<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/2011/09/uma-visao-sistemica-de-cultura-para-o-rs/>>. Acesso em 04 out. 2011.

BARBALHO, Alexandre. Política Cultural: um debate contemporâneo. In: RUBIM, Linda. (org.). **Organização e Produção da Cultura.** Salvador: EDUFBA, FACOM/CULT: 2005. Coleção Sala de Aula, p. 33-52.

BONAZZI, Chantal de Tourtier. Arquivos: propostas metodológicas. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína.(org.) **Usos & Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 233-245.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas.** São Paulo em perspectiva. vol. 15, nº 2. São Paulo: abr/jun 2001. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-8392001000200011&script=sci_arttext&tlng=es>. Acesso em 20 fev. 2012.

BRASIL. Constituição (1988). Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm> Acesso em 13 set. 2011.

_____. Ministério da Educação. Decreto nº 91.144, de 15 de março de 1985. Cria o Ministério da Cultura e dispõe sobre a estrutura, transferindo-lhe os órgãos que menciona, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/d91144.pdf>>. Acesso em 21 fev. 2012.

_____.Ministério da Cultura. Secretaria de Articulação Institucional. **A conferência em revista.** Material disponibilizado pelo MinC.

_____. Ministério da Cultura. **As três dimensões da Cultura**. 14 de julho de 2009. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/credenciamento-de-pareceristas/as-tres-dimensoes-da-cultura/>>. Acesso em: 24 fev.2012

_____. Ministério da Cultura **Histórico do Ministério**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/o-ministerio/historico-do-ministerio-da-cultura.>> Acesso em 20 fev. 2012.

_____. Ministério da Cultura. **Conferindo os conformes: resultados da II Conferência Nacional de Cultura**. Brasília: 2010.

_____. Ministério da Cultura. **Conselho Nacional de Política Cultural**.

_____. Ministério da Cultura. Cultura. **Cultura, cidade e desenvolvimento local**. 2008. Disponível em: < <http://blogs.cultura.gov.br/cnc/politica-cultural-no-seu-municipio/>>. Acesso 17 set 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Cultura em três dimensões**. Material informativo: As políticas do Ministério da Cultura de 2003 a 2010.

_____. Ministério da Cultura. **Dimensões da Cultura**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/pnc/introducao/dimensoes-da-cultura/>>. Acesso em 17 set. 2011.

_____. Ministério da Cultura. **Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Nov 2010. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/snc/files/2010/11/DOCUMENTO_BÁSICO_SNC_16DEZ2010.pdf>. Acesso em 13 set. 2011.

_____. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Cultura. **Guia de Orientações para os municípios: perguntas e respostas**. Mai 2011. Brasília: 2010.

_____. Ministério da Cultura. **Histórico do PNC**. Disponível em: <<http://pnc.culturadigital.br/historico-do-pnc.>> Acesso em 05 mar. 2012.

_____. Ministério da Cultura. Plano Nacional de Cultura. **Lançamento oficial das metas do Plano Nacional de Cultura (PNC) e implantação do Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC)**. Disponível em: <lançamento-oficial-das-metas-do-plano-nacional-de-cultura-pnc-e-implantacao-do-sistema-nacional-de-informacoes-e-indicadores-culturais-sniic>. Acesso em: 05 mar. 2012.

_____. Ministério da Cultura. **Plano Nacional de Cultura**. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/plano-nacional-de-cultura/>. Acesso em 05 mar. 2012.

_____. Ministério da Cultura. **Por que aprovar o Plano Nacional de Cultura: conceitos, participação e expectativas**. [S.l.]: Stilgraf, 2009.

_____. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Cultura. **Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Jun 2009. Brasília: 2009.

_____. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Cultura. **Proposta de Estruturação, Institucionalização e Implementação do Sistema Nacional de Cultura**. Disponível em: <<http://blogs.cultura.gov.br/snc/>>. Acesso em 27 fev. 2012.

_____. Ministério da Cultura. Relatório da II Conferência Estadual de Cultura do Rio Grande do Sul. Disponibilizado pelo Departamento de Cultura do município de São Francisco de Paula.

_____. Ministério da Cultura. Sistema Nacional de Cultura. **Situação dos Acordos com Municípios e Estados**. Disponível em: <http://blogs.cultura.gov.br/snc/>. Acesso em 05 mar. 2012 e 28 mar. 2012.

BRASIL. Luiz Antônio de Assis. **Cultura. Artigo 28.08.2011**. Disponível em: <<http://www.cultura.rs.gov.br/v2/2011/08/cultura/>>. Acesso em: 09 mar. 2012.

BURKE, Peter. Abertura: a nova história, seu passado e seu futuro. In: BURKE, Peter (Org.). **A escrita da história: novas perspectivas**. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: UNESP, 1992. p. 7-37.

_____. **Variedade da História Cultural**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

CALABRE: Lia. **Políticas Culturais no Brasil**: balanço e perspectivas. In: III ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, Salvador, Bahia, 2007. Disponível em:

<<http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Lia%20-%20Pol%C3%ADticas%20Culturais%20no%20Brasil%20balan%C3%A7o%20e%20perspectivas.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2012.

CALABRE: Lia. **Políticas culturais**: indicadores e informações como ferramentas de gestão pública. Disponível em:

<[http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2038%20E2%80%93%20Políticas,%20Economía%20y%20Gestión%20de%20la%20Cultura%20en%20el%20Mercosur/GT38-%20Ponencia%20\[Calabre\].pdf](http://www.ram2009.unsam.edu.ar/GT/GT%2038%20E2%80%93%20Políticas,%20Economía%20y%20Gestión%20de%20la%20Cultura%20en%20el%20Mercosur/GT38-%20Ponencia%20[Calabre].pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2011.

CARVALHO, Cristina Amélia. SILVA, Rosimeri Carvalho da. GUIMARÃES, Rodrigo Carneiro. **Sistema Nacional de Cultura**: a tradução do dinâmico e do formal nos municípios da região Sul. Cadernos EBAPE, BR, v. 7, nº 4, artigo 10. Rio de Janeiro, dezembro 2009.

COELHO, Teixeira. Banco de dados: do inerte cultura à cultura da vida. In: **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura: Brasília, UNESCO Brasil, 2003. (p. 217-232)

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DOS MUNICÍPIOS – CNM. **Cultura**: Elemento Fundamental de Transformação. Brasília: CNM, 2008. Vol. 2. 60 p.

CULTURA. In: MINIDICIONÁRIO Luft. Colaboradores Francisco de Assis Barbosa, Manuel da Cunha Pereira. Organização Lya Luft. São Paulo: Ática, 2000.

CULTURA. In: NOVO DICIONÁRIO Aurélio da Língua Portuguesa. Nova Edição Revista e Ampliada. 2ª. Ed. RJ: Nova Fronteira, 1986.

FEDERAÇÃO DAS ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL – FAMURS. **Guia do dirigente municipal de cultura II**. Porto Alegre: FAMURS/CODIC, 2000.

_____. **Informações Municipais**. Porto Alegre, [s.d.]. Disponível em:

<<http://www.famurs.com.br/index.php/municipios/informacoes-municipais>>. Acesso em: 06 mar. 2012.

_____. **Mapa da Cultura.** Disponível em:

<http://ww2.famurs.com.br/informacoesMunicipais/visualizaConteudos.php?acao=A_ver_contenido&codConteudo=3390&codOntologia=76&codConceito=2855>. Acesso em: 07 mar. 2012>. Acesso em 07 mar. 2012.

FERREIRA, Juca. **A centralidade da cultura no desenvolvimento.** Disponível em:

<<http://www.cultura.gov.br/site/2010/12/13/a-centralidade-da-cultura-no-desenvolvimento>>. Acesso em 04 mar. 2012.

FLORISSI, Stefano. WALDEMAR, Felipe Starosta de. Economia da Cultura: uma revisão da literatura. In: VALIATI, Leandro. FLORISSI, Stefano. (Org.). **Economia da Cultura: Bem-estar econômico e evolução cultural.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 11-28.

HERMANY, Ricardo. RODEMBUSCH, Claudine Freire. O empoderamento dos setores da sociedade brasileira no plano local na busca de implementação de políticas públicas sociais. In: HERMANY, Ricardo. (Org.) **Empoderamento Social Local.** Santa Cruz do Sul: IPR, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. São Francisco de Paula. Dados Básicos. Disponível em:

<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=431820#>>. Acesso em 05 mar. 2012.

JANUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores Socioeconômicos na Gestão Pública.**

Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/(UFSC); Brasília: CAPES, UAB, 2009.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

LEITE JÚNIOR, Alcides Domingues. **Desenvolvimento e mudanças no estado brasileiro.**

Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília: (CAPES), UAB, 2009.

LOZANO, Jorge Eduardo. Prática e estilos de pesquisa na história oral contemporânea. In: FERREIRA, Marieta de Moraes *et* AMADO, Janaína (Org.). **Usos & Abusos da História Oral.** Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p. 15-25.

LUCENA, Plínio A. **São Francisco de Paula:** monografia. 1971.

MALMEGRIN, Maria Leonídia. **Redes públicas de cooperação local**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC: (Brasília): CAPES: UAB, 2010.

MARCO, Kátia de. **Gestão de Espaços Culturais**: uma abordagem contemporânea. Disponível em: < <http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Katia-Marco-gestao.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

MONTIEL, Edgar. A comunicação no fomento de projetos culturais para o desenvolvimento. In: **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura: Brasília, UNESCO Brasil, 2003.(p.159-172)

MARTINELL, Alfons. Cultura e cidade: uma aliança para o desenvolvimento - A experiência da Espanha. In: **Políticas culturais para o desenvolvimento**: uma base de dados para a cultura: Brasília, UNESCO Brasil, 2003. (p.93-104).

NAPP, Sérgio. Eventos (E)ventos Ventos. In: SARI, Marisa Timm. KERN, Nóia. (Org.). **Guia do Dirigente Municipal de Cultura**. Federação das Associações dos Municípios do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Nova Prova, 1997.

PAULI, Jandir. As estratégias dos empreendedores da política na formulação da agenda em **políticas públicas**. In: HERMANY, Ricardo (Org). **Gestão local e políticas públicas**. Santa Cruz do Sul, Editora IPR, 2010. (p.171-189)

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Mudanças epistemológicas: a entrada em cena de um novo olhar. Os novos parceiros da História: nas fronteiras do conhecimento. Os riscos da empreitada: alerta geral. In: _____. **História e História Cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, cap. III, VII e VIII, p. 39-62; 107-119.

PINHEIRO, Ivan Antônio. **Do Projeto à Monografia de Conclusão de Curso**. Material disponibilizado na disciplina Seminário TCC do Curso de Especialização a Distância em Gestão Pública Municipal da UFRGS.

REIS, Ana Carla Fonseca. MARCO, Kátia de.(Org). **Economia da Cultura**: ideias e vivências. Rio de Janeiro: Publit, 2009.

REIS, Ana Carla Fonseca. *Convirtiendo la creatividad brasileña en recurso econômico*. In: REIS, Ana Carla Fonseca (Org.). *Economía creativa como estrategia de desarrollo: una visión de los países em desarrollo*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da Cultura e Desenvolvimento** - Estratégias nacionais e panorama global. Disponível em: < <http://www.gestaocultural.org.br/pdf/Ana-Carla-Fonseca-Eco-Cult.pdf>>. Acesso em 15 dez. 2011.

REIS, Paula Félix dos. Plano Nacional de Cultura: estratégias e ações para dez anos. . In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. (p.49-65).

REIS, Paula Félix dos. **Políticas culturais do Governo Lula: desafios do primeiro mandato e prioridades para um segundo**. In: III ENECULT - ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA, Salvador, Bahia, 2007. .Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2007/PaulaFelix.pdf>>. Acesso em 25 fev. 2012.

RIO GRANDE DO SUL. Lei 9117, de 20 de julho de 1990. Cria a Secretaria da Cultura e dá outras providências. Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/Legis/M010/M0100099.asp?Hid_IdNorma=17981>. Acesso em 28 mar.2012.

_____. Secretaria da Cultura. Informativo da Diretoria da Economia da Cultura. Disponível em: < <http://www.infocultura.rs.gov.br/newsletter/>>. Acesso em: 28 mar. 2012.

RUA, Maria das Graças. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC: (Brasília): CAPES: UAB, 2009.

RUBIM, Antonio Albino Canelas. Políticas culturais no governo Lula. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. (p.9-25).

SALLES, Helena da Mota. **Gestão Democrática e Participativa**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC: (Brasília): CAPES: UAB, 2010.

SANTOS, Maria Paula Gomes dos. **O Estado e os problemas contemporâneos**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração. UFSC: (Brasília): CAPES: UAB, 2009.

SÃO FRANCISCO DE PAULA. Lei 1906/2002., de 27 de agosto de 2002. Institui o Coral Municipal de São Francisco de Paula. Arquivo do Município.

_____. Secretaria Municipal de Administração. Lei 2696/10, de 07 de agosto de 2010. Dispõe sobre a Estrutura Organizacional da Prefeitura do Município São Francisco de Paula e estabelece as atribuições dos Órgãos da Administração Direta. Arquivo do Município.

_____. Secretaria Municipal de Administração. Lei 2818/12., de 13 de agosto de 2012. Dispõe sobre a readequação constitucional do plano de carreira dos servidores públicos municipais do quadro geral da Prefeitura de São Francisco de Paula. Arquivo do Município.

_____. Secretaria Municipal de Administração. Decreto 586/2009, de 29 de setembro de 2009. Determina a convocação da realização da I Conferência Municipal de Cultura. Arquivo do Município.

_____. Secretaria Municipal de Administração. Decreto 591/2009. Altera a data da realização da I Conferência Municipal de Cultura. Arquivo do Município.

_____. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Relatório de Atividades 2010. Arquivo do Município.

_____. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Relatório de Atividades 2011. Arquivo do Município.

_____. Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto. Relatório da I Conferência Municipal de Cultura. Arquivo do Município.

SILVA, Frederico A. Barbosa da. **Economia e Política Cultural**: acesso, emprego e financiamento. Coleção Cadernos de Políticas Culturais. v. 3. Brasília: Ministério da Cultura, 2007.

SOTO *et al.* Políticas públicas de cultura: os mecanismos de participação social. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas (Org.). **Políticas culturais no governo Lula**. Salvador: EDUFBA, 2010. (p.15-47)

UNESCO. **Políticas Culturais para o Desenvolvimento**: uma base de dados para a Cultura. Brasília: UNESCO Brasil, 2003.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável**: o desafio do século XXI. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.